



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**CURITIBA  
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**CURITIBA  
MARÇO/2013**

**Polícia Rodoviária Federal**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro de Estado da Justiça**  
José Eduardo Martins Cardozo

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretora Geral**  
Maria Alice Nascimento Souza

**7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL -  
PARANÁ**

**Superintendente Regional**  
Gilson Luiz Cortiano

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**  
Ricardo Schneider

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**  
Andia Nara Guiraud

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**  
Antonio Paim de Abreu Junior

**Corregedor Regional**  
Jader Augusto Roverão Bezerra

**Chefe da 1ª Delegacia Regional – Colombo**  
Anthony Nelson Tchalski Nascimento

**Chefe da 2ª Delegacia Regional – Pato Branco**  
Roderjan Alves Rodrigues

**Chefe da 3ª Delegacia Regional – Ponta Grossa**  
Haroldo Luis Rauch

**Chefe da 4ª Delegacia Regional – Cascavel**  
Wesley Salomé Rotta

**Chefe da 5ª Delegacia Regional – Foz do Iguaçu**  
Júlio Cezar Kloster

**Chefe da 6ª Delegacia Regional – Guaíra**  
Marcus Cesar Bonache

**Chefe da 7ª Delegacia Regional – Londrina**  
Eddy Machado Junior

**Missão Institucional**

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

RG	Relatório de gestão
IN	Instruo Normativa
DN	Decisão Normativa
TCU	Tribunal de Contas da União
CGU	Controladoria-Geral da União
Port.	Portaria
UJ	Unidade Jurisdicionada
7ª SRPRF/PR	7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Paraná
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PRF	Polícia Rodoviária Federal
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional (Posto de Fiscalizao PRF)

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Figura 1.3.1 - Organograma.....	14
Quadro 3.3.1 - Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito.....	36
Quadro 3.3.2 - Redução da taxa de mortalidade em rodovias federais.....	36
Quadro 3.3.3 - Redução da taxa de de variação de acidentes em rodovias federais.....	36
Quadro 3.3.4 - Indicadores de Esforço.....	37
Quadro 3.3.5 - Percentual de realização.....	37
Quadro 3.4.1 – Indicadores de desempenho.....	38
Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	43
quadro 4.3.2.1 - Força de trabalho da corregedoria regional.....	46
quadro 4.3.2.2 - Força de trabalho do núcleo de assuntos internos.....	47
Quadro 5.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ .....	49
Quadro 5.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ.....	52
Quadro 5.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	54
Quadro 5.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	56
Quadro 5.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	57
Quadro 6.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	59
Quadro 6.4.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	60
Quadro 6.4.1.3.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	60
Quadro 6.4.1.4.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	61
Quadro 6.4.1.5.1 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) 61	
Quadro 7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .....	63
Quadro 7.1.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	63
Quadro 7.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	64
Quadro 7.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.	64
Quadro 7.1.2.2.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	65
Quadro 7.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores ....	66
Quadro 7.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	67
Quadro 7.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	68
Quadro 7.1.8.1 – Destaques de Indicadores Gerenciais SRH.....	69
Quadro 7.1.8.2- Situação de efetivo em 2012.....	70
Quadro 7.2.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..	73
Quadro 7.2.5.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	74
Quadro 7.2.6.1 - Composição do Quadro de Estagiários.....	75
Quadro 8.1.1.1 - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação dada pela UJ:.....	77
Quadro 8.1.1.2 - Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida no item anterior.....	78
Quadro 8.1.1.3 - Idade média da frota, por grupo de veículos.....	78
Quadro 8.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	79
Quadro 8.2.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	80

Quadro 8.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	81
Quadro 9.1.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	82
Quadro 10.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	86
Quadro 10.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	87
Quadro 11.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	89
Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	90
Quadro 12.2.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	91
Quadro 13.1.1 - Medição da obra da Sede - Contrato 43/2010.....	93
Quadro 13.1.2 - Medição Fiscalização - Contrato 48/2010.....	94
Quadro 13.2.1 – Demonstrativo de Itens Adquiridos por Convênio.....	94

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....</b>	<b>9</b>
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	9
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS .....	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	14
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	28
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	29
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	30
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....</b>	<b>32</b>
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	32
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	34
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	36
3.4 INDICADORES.....	37
<b>4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>42</b>
4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	42
4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	43
4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	45
4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	48
<b>5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>49</b>
5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	49
5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	54
5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	55
5.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	55
5.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	55
5.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	56
5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	56
5.2.4.2.3 Análise crítica.....	57
<b>6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>59</b>
6.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	59
6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	59
6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	59
6.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	60
6.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral... 60	60
6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	60
6.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	60
6.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	61
6.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	61
6.4.1.6 Análise Crítica.....	61
6.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	61
<b>7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>63</b>
7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	63
7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	63
7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	64



7.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade....	65
7.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	67
7.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	68
7.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	72
<b>8.</b>	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>76</b>
8.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	76
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	79
<b>9.</b>	<b>GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>82</b>
9.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	82
<b>10.</b>	<b>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>86</b>
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	86
10.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	87
<b>11.</b>	<b>CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</b>	<b>88</b>
11.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	88
11.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	89
11.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	89
11.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONS.....	90
<b>12.</b>	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>91</b>
12.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	91
12.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	91
12.3	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	92
<b>13.</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>93</b>
13.1	Obra de Construção da Sede da 7ª SPRF/PR	93
13.2	Convênios para verba de aparelhamento	94
13.3	cooperação técnica com o ministério público do trabalho	96
<b>14.</b>	<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>98</b>
14.1	ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012.....	98
14.2	PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS.....	99
<b>15.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>101</b>

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

## 1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

### Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 002832
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Paraná			
Denominação Abreviada: 7ªSRPRF/PR			
Código SIORG: 002832	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 00001
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo			CNPJ: 00.394.494/0113-32
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(41) 3535-1910	(41) 3535-1999	
Endereço Eletrônico: gab.pr@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rodovia BR 476 (antiga BR 116), nº 3.312, bairro Bacacheri, Curitiba/PR, CEP 82590-100			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada: Instruções Normativas e de Serviços, Ordens de Serviço e Portarias publicadas pela UO – Departamento de Polícia Rodoviária Federal.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
200230	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Direção Geral		
200118	7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109		00001	
200230		00001	
200118		00001	

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A Constituição Federal do Brasil prevê a existência e manutenção da Polícia Rodoviária Federal como órgão da União promotor da segurança pública nacional:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

II - polícia rodoviária federal;

(...)

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

Já o Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, define as competências legais da Polícia Rodoviária Federal:

“Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis”

A Polícia Rodoviária Federal também é explicitamente citada no Código de Trânsito Brasileiro (na Lei nº 9.503/97):

“Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

(...)

V - a Polícia Rodoviária Federal;

(...)

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.”

De forma geral, cabe à Polícia Rodoviária Federal garantir que o trânsito de pessoas e mercadorias, nas rodovias federais, seja feito de forma contínua e segura, através da coordenação e fiscalização. Compete também impedir que a estrutura rodoviária seja utilizada para fins ilícitos, tais como tráfico de entorpecentes, de armas, de pessoas, de madeira ou de animais silvestres, contrabando, descaminho, prostituição infantil, trânsito de bens roubados, fuga de pessoas foragidas da justiça, dentre outros ilícitos.

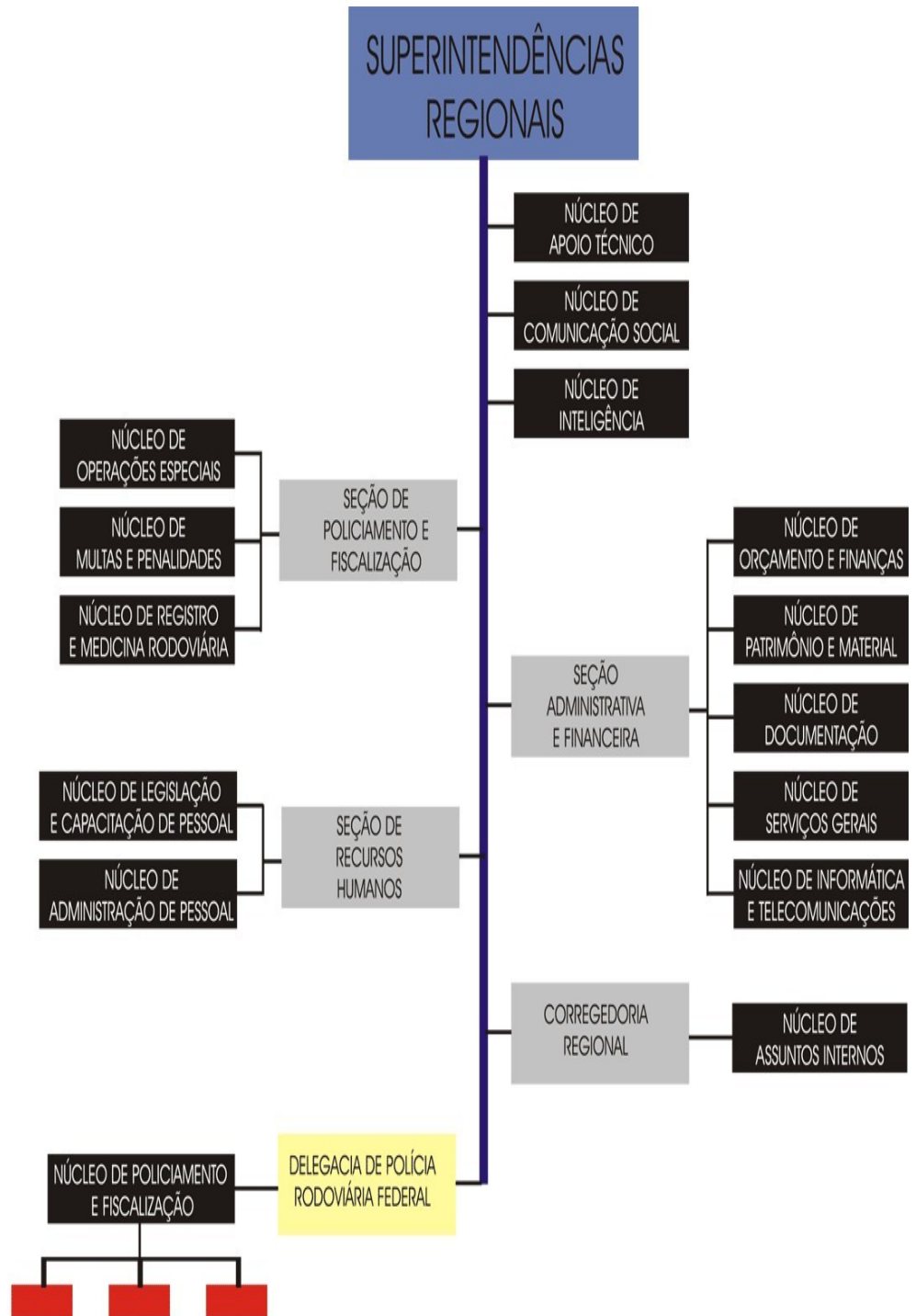
Um outro campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal é no controle das manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas

diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população.

Podemos citar também, como área de atuação da Polícia Rodoviária Federal, o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como, por exemplo, enchentes, queimadas e queda de barreiras.

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 1.3.1 - Organograma



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

A Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, de aprovação do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, estabelece em seus artigos o organograma funcional desta unidade jurisdicionada, assim como define as competências e atribuições de cada uma das áreas que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional da unidade:

“Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal -DPRF tem a seguinte estrutura:

I - Unidades Centrais

...

II - Unidades Desconcentradas

1. Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal - SRPRF

1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT

1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.4.1. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.5. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.5.3. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.5.5. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.6. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP

1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal -NUAP

1.7. Corregedoria Regional - CR



1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI

1.8. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal -DelPRF

1.8.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização NPF

...

§1º As Superintendências Regionais em número de vinte e uma, compõem-se de cento e cinquenta e uma delegacias, assim distribuídas:

...

VII - 7ª Superintendência, com sede na cidade de Curitiba, abrangendo o Estado do Paraná, com sete delegacias;

...

Art. 3º O Departamento é dirigido por Diretor-Geral, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, a Corregedoria-Geral por Corregedor-Geral, as Coordenações por Coordenadores, as Superintendências Regionais por Superintendentes, os Distritos Regionais por Chefes de Distrito, o Gabinete, as Divisões, as Delegacias, as Seções e os Núcleos por Chefe.

...

### CAPÍTULO III

#### COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

...

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;

III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;

IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;

V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;

VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;

VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;

VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;

IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;

X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;

XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;

XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

- a) atendimento pré-hospitalar e resgate
- b) transporte inter-hospitalar;
- c) transporte de órgãos;
- d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;
- e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
- f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;
- g) atividades de medicina do tráfego;
- h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;
- i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo

a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e

XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;

III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;

IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;

V promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;

VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;

IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;

XI manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;



IV pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias de saúde;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) atividades de medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) Junta médica nacional;

m) juntas médicas regionais;

n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;

q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;

r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades gêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;

III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.”

#### 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Compete à Polícia Rodoviária Federal, de acordo com o Artigo 144 da Constituição Federal, realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Tal competência é melhor detalhada no Art. 20 da Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e no Decreto Presidencial 1655/95, destacando-se como principais atribuições do órgão:

- execução de operações relacionadas com a segurança pública;
- exercício os poderes de autoridade de polícia de trânsito;
- garantia da livre circulação nas rodovias federais;
- atuação na prevenção e no atendimento de acidentes;
- colaboração e atuação na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

Assim, para fins operacionais, pode-se considerar como missão institucional da PRF a preservação da vida, do meio ambiente, da ordem pública e do patrimônio da União e de terceiros, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade de bens e pessoas.

Em seu âmbito, a 7ª SRPRF/PR desenvolveu atividades de fiscalização e policiamento planejadas, organizadas e executadas com o emprego adequado dos meios disponíveis, em função das demandas rotineiras ou eventuais, de caráter regional, tais como festividades, eventos regionais, comandos de saúde e ações de combate ao crime.

Para fornecer a devida segurança aos usuários das rodovias federais no Estado, a principal ferramenta foi a abordagem diária e ininterrupta de pessoas e veículos. Neste quesito, foi estabelecida a meta de fiscalização de pessoas e veículos, que deveria atingir a marca das 474.160 fiscalizações, quantidade essa estabelecida a partir das diretrizes operacionais do DPRF para cada Regional, visando o alcance das metas contidas nos Indicadores do PPA 2012/2015, Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Objetivos 0825, 0830 e 0833.

## 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Com objetivo de proporcionar meios para execução das atribuições da Polícia Rodoviária Federal discriminadas no item anterior, a Sede da UJ está estruturada administrativamente para gerir, planejar e atender as necessidades da atividade fim, proporcionando a manutenção e desenvolvimento da estrutura física (bens móveis e imóveis) e de recursos humanos.

Os macroprocessos de apoio estão distribuídos em três áreas de atuação bem definidas:

– Policiamento e Fiscalização: a qual tem como principal atribuição programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento. Fazem parte desta Seção, o Núcleo de Multas e Penalidades e o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina do Trabalho. Em linhas gerais estes dois Núcleos exercem as atividades meio de suporte e continuidade dos atos decorrentes da fiscalização de veículos e atendimento a acidentes de trânsito, assim como prestam atendimento ao cidadão com relação à notificação de trânsito (identificação de condutor, análise de defesa prévia e processamento de recursos) e boletim de acidente de trânsito. Esta área também é o principal vetor para desenvolvimento e execução dos macroprocessos finalísticos.

– Administrativa e Financeira a qual compete programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações. A título exemplificativo, é nesta área que estão inseridas as contratações de manutenção preventiva e corretiva de viaturas, abastecimento de combustível, estrutura de Telemática, aquisições de materiais e equipamentos, manutenção predial, e demais contratações necessárias para dar suporte à atividade fim.

– Recursos Humanos a qual tem como principal atribuição programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal.

As atribuições de cada área, conforme excerto do Regimento Interno apresentado, deixa bastante claro a que macroprocesso ela se vincula.

## 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da Polícia Rodoviária Federal, que dentro das atribuições de cada órgão, auxiliam no desenvolvimento das atividades institucionais da PRF são:

- Receita Federal
- Polícia Federal
- Ministério Público da União e dos Estados
- Ministério Público do Trabalho
- Polícia Civil
- Corpo de Bombeiros
- Polícia Militar
- Defesa Civil
- Conselhos Tutelares
- SAMU
- Detran's Estaduais
- SEST/SENAT

Importante salientar que várias ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal, tem obtido um grau de eficiência e eficácia elevado, em razão do apoio que recebidos das polícias judiciárias e dos órgãos fazendários. Ex: Combate a alcoolemia (Polícia Civil), combate ao contrabando e descaminho (Receita Federal), crimes de fronteira e de competência federal (Polícia Federal), combate a exploração sexual infanto-juvenil (Polícia Civil, Varas da Infância e Conselho Tutelar), além das diversas ações operacionais, educativas e de qualificação profissional, desenvolvidas em conjunto com as Forças Armadas, Polícia Militar e Guarda Municipal.

## 2. INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Portaria TCU nº 150/2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos financeiros da 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, no Estado do Paraná. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 7ª SRPRF/PR no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2012 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Unidade, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado.

Tendo em vista que a 7ª SRPRF/PR não é Unidade Orçamentária, os itens relativos a tais órgãos serão referenciados, porém os quadros excluídos. Faz-se relevante constar que o presente relatório apresenta a estrutura prevista na Portaria – TCU nº 150/2012, de 03 de julho de 2012, e o modelo apresentado pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça.

A seguir estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ que, no entanto, não houveram registros de ocorrências no exercício 2012, como também os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade: 4.1; 5.1.1 a 5.1.3; 5.2.1; 5.2.2; 5.2.4; 6.1; 6.3; 6.4.1.2; 6.5; 7.1.7; 7.2.1 a 7.2.3; 11.1.3; 11.1.4 e 11.2.

Também estão abordadas as dificuldades que impediram um melhor desempenho desta Unidade Jurisdicionada, as ações traçadas para o cumprimento dos objetivos instituídos para o exercício de 2012, e as expectativas e atuações para o exercício de 2013.



### **3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

#### **3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Inicialmente, importante salientar que o “nível estratégico” da instituição – Departamento de Polícia Rodoviária Federal, está na sua alta administração, Direção-Geral e Coordenações-Gerais. A Unidade Jurisdicionada participa do planejamento estratégico do órgão central o qual tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

O Planejamento Estratégico da PRF definiu a declaração de missão, visão de futuro e valores da Instituição.

**Missão: GARANTIR SEGURANÇA COM CIDADANIA NAS RODOVIAS FEDERAIS E NAS ÁREAS DE INTERESSE DA UNIÃO.**

**Visão de futuro: SER A POLÍCIA OSTENSIVA DA UNIÃO, RECONHECIDA PELA SOCIEDADE POR SUA EXCELÊNCIA E EFETIVIDADE NO TRABALHO POLICIAL E NA INDUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA E CIDADANIA.**

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: **PROFISSIONALISMO, ÉTICA, EQUIDADE, PROATIVIDADE, CORDIALIDADE, COMPROMETIMENTO, ESPÍRITO DE EQUIPE, TRANSPARÊNCIA e RESPONSABILIDADE SOCIAL.**

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais serviços e produtos que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;
2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;
3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;
4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.

Observa-se, portanto, que o plano estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do programa, dos objetivos, metas e ações definidos no Plano Plurianual - PPA. Portanto, o Planejamento Estratégico

da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetas exclusivamente à PRF.

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAM 2070
<p><b>0825</b> - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<p><b>Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas;</b> Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONS da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.</p>
<p><b>0830</b> - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p><b>Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil;</b> Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.</p>
<p><b>0832</b> - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.</p>	<p><b>Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014;</b> Dose CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.</p>
<p><b>0833</b> - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.</p>	<p><b>Alcançar com ações de Ed Trans 1 milhão de pessoas até 2015;</b> Ampliar a parceria com o MS – SAMU Rodoviário; <b>Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;</b> <b>Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;</b> Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.</p>

A fim de dar desdobramento das metas globais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal até suas Unidades Regionais foi baixada, em 14/12/2011, a Instrução de Serviço nº 004.

Nela restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ. O quadro seguinte demonstra essas metas e o seu percentual de alcance.

INDICADOR	Taxa de Variação de Acidentes*	Taxa de Mortalidade*	Procedimentos de Fiscalização		
			Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste de Etilômetro
PREVISTO	291,32	11,31	237080	237080	34140
<b>ALCANÇADO</b>	<b>264,01</b>	<b>10,95</b>	<b>705094</b>	<b>501873</b>	<b>108732</b>
VARIAÇÃO EM %	110,34	103,29	297,41	211,69	318,49

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização

\*Acidentes e Mortos por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional(fonte da frota – DENATRAN).

Apesar de o Programa Temático a que a PRF está vinculada no PPA 2012-215 não trazer mais os Indicadores de Resultado, ou seja, as taxas de mortalidade e de variação de acidentes (estas existiam no Programa 0663 do PPA 2008-2011), o Órgão Central, por meio da Coordenação-Geral de Operações resolveu contemplá-las no exercício 2012.

Os Indicadores vinculados a ocorrência de acidentes de trânsito, seja a Taxa de Mortalidade Específica ou o Índice de vítimas de acidentes, figuram neste PPA no Programa Temático 2048 – Mobilidade urbana e trânsito, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

### 3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Todas as atividades tiveram como o cumprimento das metas no âmbito da regional, planejadas e direcionadas à redução da violência no trânsito e da criminalidade, assegurando a livre circulação, buscando também o aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais.

O grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos três fatores críticos de acidentes graves mais comuns, excesso de velocidade, ultrapassagem indevida e direção alcoolizada. A fiscalização rigorosa dessas três condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

Visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos, foi elaborado o planejamento operacional, que previa o desenvolvimento de ações efetivas em relação a trânsito e ao combate a criminalidade no âmbito da regional, alocando os meios humanos e logísticos disponíveis para o atendimento das demandas.

Tal planejamento enfatizava a utilização do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, documento utilizado pelas equipes das Unidades Operacionais como referência no desenvolvimento das ações diárias, fruto do conhecimento das peculiaridades locais por cada Chefe de Delegacia, dos dados constantes nos sistemas de informação disponíveis, bem como do conhecimento obtido através dos dados de inteligência.

Foram estabelecidos 13 (treze) tipos de comandos em ações relativas a trânsito para desenvolvimento nas Unidades Operacionais, pontos e segmentos críticos de rodovias, com destaque para os comandos de fiscalização de velocidade, de motocicletas, de ultrapassagens em locais proibidos e combate à alcoolemia na direção de veículos. Foram também previstas 7 (sete) operações temáticas, como fiscalização de peso, de vale-pedágio, transporte coletivo de passageiros, com duração prevista de 5 (cinco) dias, para realização na circunscrição das Delegacias de Pato Branco, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Guaíra e Londrina.

Em relação às ações de combate à criminalidade, foram estabelecidos 9 (nove) tipos de comandos, programados para serem realizados 2 (duas) vezes por semana por cada Delegacia,

A determinação das tarefas a serem realizadas pelas equipes policiais, elaborada pelos chefes de Delegacia que tem conhecimento das peculiaridades de cada local do estado e também das determinações superiores que alinham os procedimentos do DPRF, podendo então originar ações locais ou regionais conforme as demandas se apresentam.

Ainda, com o conhecimento obtido através dos dados de inteligência, bem como os dados constantes nos sistemas de informação disponíveis foi possível nortear as atividades relativas a trânsito, o foco principal do trabalho da PRF. Com base nestas informações, foram definidos os pontos e segmentos críticos das rodovias, sendo que os mesmos estiveram inseridos nas atividades diárias das Delegacias através do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo nas Rodovias, visando prioritariamente a redução de acidentes e vítimas.

Como as ações de fiscalização foram nossa principal ferramenta para o atingimento dos objetivos, várias modalidades de comandos de fiscalização foram estabelecidas ao longo do exercício referência, cabendo especial destaque às ações de combate às infrações tidas como estratégicas, posto que levam grande perigo ao trânsito nas rodovias, sendo eles:

- Comandos de fiscalização de Direção Alcoolizada (combate a alcoolemia)
- Comandos de fiscalização de ultrapassagens indevidas
- Comandos de fiscalização de velocidade
- Comandos de Fiscalização de condução inadequada de motocicletas

Além destes, podemos citar também as seguintes modalidades de comandos de fiscalização:

- Comando Educativo (orientações sobre segurança no trânsito, tendo como público alvo, condutores (principalmente motociclistas) e pedestres;
- Comando de Saúde na Rodovia (exames médicos, testes físicos e orientações sobre saúde e trânsito);
- Comando Semáforo (avanço de sinal vermelho);
- Comando Fiscalização Geral (documentos, equipamentos obrigatórios, condições de veículos, etc);
- Comando de Fiscalização referente ao Convênio com a ANTT ;
- Comando Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros e Transporte Internacional de Cargas (Convênio ANTT);
- Comando Uso do Cinto de Segurança (banco traseiro e crianças);
- Comando Transporte de Produtos Perigosos;
- Comando Excesso de Peso;

Também foram executadas as operações do Calendário Nacional, estabelecidas pelo DPRF e que contemplam os grandes feriados, que por sua vez, geram grandes fluxos de trânsito e aumentam a necessidade de policiamento.

### 3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Entre os Indicadores constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, está o de Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais. No Programa Temático 2048 – Mobilidade e Trânsito, tendo como responsável o Ministério das Cidades, existem dois Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito: Índice de vítimas de acidentes de trânsito e Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito.

Quadro 3.3.1 - Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito

PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA	
			DATA	ÍNDICE
2070	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)		31/12/2010	8.623
2048	Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
	Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30

Esses Indicadores, no entanto, não carregam em si metas de realizações. Funcionam como uma referência de um patamar a ser melhorado.

Apropriando do Indicador do Programa de responsabilidade do Ministério da Justiça, utilizando o mesmo critério nacional para estabelecer o Indicador da Regional, teríamos o número de mortos até 31/12/2010. Entretanto, vale lembrar, que essa referência foi buscada em 2010 a fim de balizar os esforços para 2011.

Nesta seara, referente a meta desta UJ para redução de vítimas fatais de acidentes em rodovias federais, percebe-se um bom resultado no exercício de 2012, observado o quadro abaixo que evidencia a situação prevista e executada desde o ano de 2008 ao presente exercício.

Quadro 3.3.2 - Redução da taxa de mortalidade em rodovias federais

PERÍODO	QTD.MORTES PARANÁ *	FROTA VEÍCULOS BRASIL **	MORTES PARANÁ / 1.000.000 VEÍCULOS BRASIL	META DE REDUÇÃO (7ª SRPRF/PR)	PERCENTUAL DA META ALCANÇADO
2008	289	54.506.661	5,30	5,79	109,25%
2009	533	59.361.642	8,98	5,55	61,80%
2010	704	64.817.974	10,86	13,49	124,22%
2011	737	70.543.535	10,45	11,31	108,23%
2012	<b>830</b>	<b>75.739.117</b>	<b>10,95</b>	<b>11,31</b>	<b>103,29%</b>

\*Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

\*\*Fonte: DENATRAN – Quantitativo da frota nacional de veículos ao final do ano

De igual forma, pode-se verificar um ótimo desempenho da Unidade Jurisdicionada no cumprimento da meta referente a taxa de variação de acidentes, conforme se denotado no quadro abaixo:

Quadro 3.3.3 - Redução da taxa de de variação de acidentes em rodovias federais

PERÍODO	QTD.ACIDENTES PARANÁ*	FROTA VEÍCULOS BRASIL **	ACIDENTES PARANÁ / 1.000.000 VEÍCULOS BRASIL	METAS DE REDUÇÃO (7ª SRPRF/PR)	PERCENTUAL DA META ALCANÇADO
2008	9.539	54.506.661	175,01	168,63	96,35%
2009	15.297	59.361.642	257,69	165,62	64,27%
2010	20.457	64.817.974	315,61	298,93	94,71%
2011	21.679	70.543.535	307,31	291,32	94,80%
2012	<b>19.996</b>	<b>75.739.117</b>	<b>264,01</b>	<b>291,32</b>	<b>110,34%</b>

\* Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

\*\* Fonte: DENATRAN -Quantitativo da frota nacional de veículos ao final do ano

Entende-se ser estes os principais Indicadores, embora não estejam eles sobre a governança do órgão. Seu atingimento depende de muitos fatores, pois o aquecimento da economia, crescimento da frota, diminuição da força de trabalho disponível, comportamento do clima, condições das vias, veículos sem itens importantes de segurança (freios ABS, air bag, entre outros) e, principalmente, a decisão pessoal e intransferível do usuário da via (motoristas, pedestres e ciclistas) de cultivar um comportamento adequado.

Observa-se, de outra forma, que a maioria dos Indicadores do Programa 2070 a que a PRF se vincula são os Indicadores de Esforço, com destaque para o número de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas, teste de alcoolemia (com etilômetro) e pessoas alcançadas por ações de Educação para o Trânsito.

No quadro seguinte serão demonstrados esses Indicadores para todo o período do PPA, isto é, 2012 a 2015, quatro anos, portanto. Esses Indicadores de Esforço são nacionais, ou seja, para todas as Unidades da PRF. Cabe a gestão central do órgão distribuí-los de forma equânime para todas elas.

Quadro 3.3.4 - Indicadores de Esforço

INDICADOR	OBJETIVO	META PARA OS 4 ANOS
Veículos fiscalizados	8825 e 0833	24.000.000
Pessoas fiscalizadas	8825 e 0833	24.000.000
Teste de alcoolemia	0833	6.000.000
Pessoas alcançadas por ações de Educação para o trânsito	0833	1.000.000

Fonte: Programa 2070 do PPA 2012-2015, publicado no site do MPOG.

A Instrução de Serviço 004/2011, da Coordenação-Geral de Operações, distribui as metas para esta Regional nos termos do quadro a seguir, o qual também traz o percentual de realização.

Quadro 3.3.5 - Percentual de realização

INDICADOR	META	REALIZADO EM 2012	PERCENTUAL DE ALCANCE
Veículos fiscalizados	237080	705094	297,41%
Pessoas fiscalizadas	237080	501873	211,69%
Teste de alcoolemia	34140	108732	318,49%
Pessoas alcançadas por ações de Educação para o trânsito	Não houve	748	-

Fonte:

Como ficou evidenciado nos quadros demonstrativos acima, a Regional obteve êxito em alcançar o índice vinculado ao indicador de esforço, ou seja, a redução no número de mortos e acidentes nas rodovias federais no Estado do Paraná.

### 3.4 INDICADORES

Nesse item optou-se por apresentar os indicadores de desempenho adotados pela 7ª SRPRF/PR para o atingimento dos objetivos institucionais (redução de acidentes e mortes nas rodovias e incremento da sensação de segurança dos usuários de rodovias).

Ainda, foram relacionados os indicadores de desempenho adotados para medir o andamento de cada um deles.

Entretanto, para demonstrar a eficiência e eficácia da 7ª SRPRF/PR, seja na sua atividade-fim, seja na sua atividade-meio, buscou-se trazer outros indicadores de desempenho diferentes. Constam abaixo aqueles que são mais utilizados e melhor representam a atuação do órgão.

Os indicadores aqui referenciados são utilizados para medir o desempenho da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições constitucionais. Para alcançar as metas e objetivos traçados pelo órgão central, foram criados indicadores de desempenho, mesmo em caráter não terminativos, em nível regional, conforme expostos nos quadros a seguir:

Quadro 3.4.1 – Indicadores de desempenho

<b>Indicador</b>					<b>Combater as infrações de trânsito e a criminalidade</b>				
Indicadores de desempenho	Autos de infração extraídos				230.037				
	Veículos recolhidos				12.691				
	Documentos retidos				20.599				
	Ocorrências de crime nas rodovias				3.525				
	Apreensões realizadas				3.426				
	Pessoas detidas				3.525				
<b>Autos de infração extraídos (CTB + ANTT + Produto perigoso)</b>									
Unidade de medida: Número de Autos de Infração do CTB, ANTT e de Produtos Perigosos extraídos									
Origem dos dados: Sistema de Protocolo e Sistema de Informações Gerenciais – SIGER									
<b>Tipo de infração</b>		<b>2010</b>		<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>Variação 2011/2012</b>	
Excesso de velocidade		111.289		137.115		144.399		5,31%	
Ultrapassagem em local/condição indevida		38.594		43.723		57.424		31,34%	
Não uso do cinto de segurança / cadeirinha		27.584		25.640		30.633		19,47%	
Uso de álcool ou substância entorpecente		4.562		3.355		4.169		24,26%	
Condução inadequada de motocicleta ou similar		1.453		1.514		1.662		9,78%	
Não possuir ou não portar documentação obrigatória		15.797		13.199		14.837		12,41%	
Avanço de sinal		1.819		2.190		2.820		28,77%	
Produtos perigosos		3.862		926		2.160		133,26%	
Excesso de peso		2.294		2.885		3.691		27,94%	
ANTT – transporte de carga		4.185		4.092		2.698		-34,07%	
ANTT – transporte de passageiro		87		89		97		8,99%	
Outros		101.735		102.614		118067		15,06%	
<b>Total</b>		<b>313.261</b>		<b>337.342</b>		<b>382.657</b>		<b>13,43%</b>	
Observação:									
* Observa-se um aumento de autuações nas infrações tidas como estratégicas (velocidade, ultrapassagem, alcoolemia e condução inadequada de motocicleta) o que reflete o aumento na fiscalização deste tipo de conduta irregular dos motoristas, conforme previa o planejamento operacional.									
** A redução de autuações relativas ao transporte de produtos perigosos, sofreu redução devido a paralisação temporária da referida fiscalização, em razão de ajustes no convênio com a ANTT, a qual detém o poder fiscalizatório relativo ao tema.									
O destaque positivo do presente quadro reflete o resultado do incremento na fiscalização, que elevou o número de autuações relativas a temas estratégicos e outros. Tal fato denota que, retirando o motorista infrator de circulação, para autuá-lo e orientá-lo, traz como resultado positivo a diminuição dos índices de mortes e acidentes nas rodovias federais no Paraná.									

<b>Veículos recolhidos</b>				
Unidade de medida: Quantidade de veículos recolhidos aos pátios da PRF para regularização				
Origem dos dados: Sistema de Recolhimento e Liberação de Veículos - SILVER				
<b>2010</b>		<b>2011</b>		<b>Variação 2011/2012</b>
9.311		10.301		87,34%
<b>Documentos retidos</b>				
Unidade de medida: Quantidade de documentos retidos ou apreendidos				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE e controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização				
<b>2010</b>		<b>2011</b>		<b>Variação 2011/2012</b>
32.022		23.213		7,21%

<b>Crimes nas rodovias</b>				
Unidade de medida: Quantidade de crimes registrados pela Polícia Rodoviária Federal nas rodovias do Paraná sob sua circunscrição.				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
<b>2010</b>		<b>2011</b>		<b>Variação 2011/2012</b>
4.870		5447		53,00%



<b>Pessoas detidas</b>				
Unidade de medida: Quantidade de pessoas detidas				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
2010	2011	2012	Variação 2011/2012	
4.095	3.513	3.525	00,34%	

<b>Apreensões realizadas – Entorpecentes</b>				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
Tipo	2010	2011	2012	Variação 2011/2012
Maconha (quilograma)	78.286	21.015	27.121	29,06%
Crack (quilograma)	547	1.167	883	-24,34%
Cocaína (quilograma)	291	533	402	-24,58%
Haxixe (unidade)	34.384	45.975	56.111	22,05%
Anfetaminas / Barbitúricos (unidade)	48	423	14.306	3.282,03%
Lança-perfume (frasco)	945	1.681	3.876	130,58%
Diversos (quilograma)	127	2	0	-100,00%

Observações: verifica-se no presente quadro que houve uma redução na apreensão de crack e cocaína . Tal fato deve-se a repressão intensa nos corredores de tráfico no Estado, motivando uma mudança no modus operandi das quadrilhas. Em relação à maconha, droga de consumo de muitos usuários, houve um aumento expressivo da quantidade apreendida, o mesmo acontecendo com Anfetaminas / Barbitúricos. Percebe-se a mudança constante do tráfico sempre tentando atender à demanda de consumo com os produtos ilícitos que proporcionam maior lucro. Os aumentos das quantias e apreensões refletem as ações implementadas no estado que faz fronteira com um país tradicional exportador de droga.

<b>Apreensões realizadas – Contrabando/descaminho</b>				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
Tipo	2010	2011	2012	Variação 2011/2012
Cigarros (pacote)	1.487.439	1.728.061	1.296.033	-25,00%
CD's / DVD's (unidade)	1.668.806	626.967	451.776	-27,94%
Medicamentos (unidade)	225.192	633.877	113.660	-82,07%
Eletrônicos (unidade)	159.693	120.447	155.248	28,89%
Equip. Informática (unidade)	39.881	167.077	50.562	-69,74%
Bebida (litro)	6.962	18.211	3.057	-83,21%
Outras (unidade)*	159.693	2.096.242	1.389.482	-33,72%

Obs.: \* Brinquedos, roupas, cosméticos, etc.

<b>Apreensões realizadas – Armas</b>				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
Tipo	2010	2011	2012	Variação 2011/2012
Revólver (unidade)	55	54	56	3,70%
Pistola (unidade)	39	53	37	-30,19%
Espingarda (unidade)	14	9	10	11,11%
Fuzil (unidade)	0	4	1	-75,00%
Arma branca (unidade)	8	3	1	-66,67%
Outras (unidade)	6	10	10	0,00%
Total	122	133	115	-13,53%

<b>Apreensões realizadas – Munições</b>				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
Tipo	2010	2011	2012	Variação 2011/2012
Calibre 38 (unidade)	1.276	887	1.616	82,19%
Calibre 9mm (unidade)	811	6.305	1.117	-82,28%
Calibre 22/32 (unidade)	1.387	1.798	2.078	15,57%
Calibre 380 (unidade)	349	292	937	220,89%
Outras (unidade)	307	3.549	5.781	62,89%
Total	4.130	12.831	11.529	-10,15%



<b>Apreensões realizadas – Meio-ambiente</b>				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
Tipo	2010	2011	2012	Varição 2011/2012
Madeira (m3)	452	325	70.035	21.449,23%
Carvão (m3)	183	14	0	-100,00%
Animais Silvestres (unidade)	271	967	194	-79,94%
Outras (unidade)	10.401	4.591	2.013	-56,15%

<b>Recuperações realizadas</b>				
Origem dos dados: Sistema ROD ON-LINE				
Tipo	2010	2011	2012	Varição 2011/2012
Veículos recuperados (unidade)	580	676	878	29,88%
Carga recuperada (ocorrência)	22	30	29	-3,33%

<b>Equipamentos de monitoramento e fiscalização eletrônica operacionais</b>				
Unidade de medida: Quantidade de equipamentos de monitoramento e fiscalização eletrônica operacionais ao final do período (radares fotográficos e etilômetros)				
Origem dos dados: Controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização				
2010	2011	2012	Varição 2011/2012	
147	147	147	00,00 %	

<b>Percentual de ligações 191 atendidas</b>				
Unidade de medida: Percentual de ligações 191 encaminhadas para operadores da CIOP que foram atendidas				
Origem dos dados: Relatórios do Sistema VOIP				
2010	2011	2012	Varição 2011/2012	
81,22%	72,75%	79,05%	8,66%	
Observação: O aumento do percentual de ligações atendidas pelos operadores da CIOP ocorreu em razão de que no ano de 2012 houveram investimentos em equipamentos, melhoria de instalações e incremento de efetivo na CIOP.				

Indicador	<b>Investir em ações de conscientização e educação de trânsito</b>		
Indicadores de desempenho	Ações de educação de trânsito		Em implantação
	Comandos preventivos de saúde		7
<b>Comandos preventivos de saúde</b>			
Unidade de medida: Número de atendimentos realizados durante os Comandos de Saúde Preventivos			
Origem dos dados: Controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2010	2011	2012	Varição 2011/2012
601	928	748	-19,40%

<b>Indicador</b>	<b>Fortalecer a imagem institucional da PRF</b>		
Indicadores de desempenho	Matérias publicadas com a participação do NUCOM		3541
<b>Matérias publicadas com participação do NUCOM</b>			
Unidade de medida: Número de matérias relacionadas à PRF publicadas com a participação do Núcleo de Comunicação Social			
Origem dos dados: Controle interno do Núcleo de Comunicação Social			
	2010	2011	2012
	1.002	1.608	3.541
			Variação 2011/2012
			120,00%

<b>Objetivo tático</b>	<b>Melhorar a aparência e a infraestrutura das unidades</b>		
Indicadores de desempenho	Índice de adequação das unidades operacionais		
	Índice de adequação das unidades administrativas		Em implantação
<b>Índice de adequação das unidades operacionais</b>			
Unidade de medida: Índice de Adequação das Unidades Operacionais			
Origem dos dados: Levantamento junto às Delegacias da 7ª SRPRF/PR			
	2010	2011	2012
	43,16%	44,32	49,84
			Variação 2011/2012
			12,45%

<b>Objetivo tático</b>	<b>Utilizar cada vez mais a inteligência policial no planejamento e na execução operacional</b>		
Indicadores de desempenho	Produção de conhecimento de inteligência policial		
	Serviços operacionais de inteligência		
<b>Produção de conhecimento de inteligência policial</b>			
Unidade de medida: Documentos de Inteligência Policial produzidos			
Origem dos dados: Controle interno do Núcleo de Inteligência/PR			
	2010	2011	2012
	65	41	55
			Variação 2011/2012
			34,00%

#### **4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

##### **4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

- Não aplicável a UJ.

## 4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <u>não observado</u> no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>parcialmente observado</u> no contexto da UJ, porém, <u>em sua minoria</u> .					
(3) Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>parcialmente observado</u> no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <u>observado</u> no contexto da UJ.					

#### 4.2.2 Análise Crítica

Salienta-se que na Unidade Jurisdicionada não há estrutura local de controle interno, contudo o Ministério da Justiça ao qual está hierarquicamente vinculado, possui Assessoria Especial de Controle Interno.

Deste modo a avaliação realizada no quadro anterior reflete a realidade local de autocontrole interno, neste caso, intrínsecos aos próprios macroprocessos meio da UJ. O funcionamento deste controle a nível regional ocorre nos momentos de planejamento, supervisão, execução e avaliação das ações desempenhadas.

### 4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Responsável pelo gerenciamento das atividades correicionais, a Corregedoria Regional da 7ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Paraná, pautada nas atribuições previstas no Art. 92 do Regimento Interno do DPRF/MJ, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Justiça Nº 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007, publicada no DOU sob o número 150 de 06 de agosto de 2007, tem como finalidade atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta destes servidores, em especial a lei 8.112/90, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.

Integra a Corregedoria Regional o Núcleo de Assuntos Internos, que tem como finalidade auxiliar à Corregedoria Regional no planejamento e na execução das atividades correicionais.

#### 4.3.1 Competências da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos

O Regimento Interno do DPRF/MJ, prevê as competências da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos:

“Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - Planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correicionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - Proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - Acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - Elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - Receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - Elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

VII - Organizar e manter atualizado cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência;

VIII - Manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - Orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - Elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;

XI - Prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;

XII - Promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - Auxiliar na gestão do orçamento correcional;

XIV - Elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - Elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - Auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - Executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - Promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - Receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - Fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - Operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.”

4.3.2 Composição do quadro de servidores da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos:

#### QUADRO A.4.3.2.1 FORÇA DE TRABALHO DA CORREGEDORIA REGIONAL

CORREGEDORIA REGIONAL		
Quantidade de servidores	Atividade	Atribuições
01	Corregedor Regional	Planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades correicionais no âmbito da 7ª SRPRF/PR.
02	Analista	Promover à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, jurisprudência e decisões administrativas vigentes.
01	Cartorial	Realizar o controle de documentos e autuações disciplinares, compilar de dados estatísticos e elaborar relatórios de controle processual.
03	Membro de Comissão	Realizar a condução dos processos e sindicâncias instauradas no âmbito da 7ª SRPRF/PR.

Fonte: Corregedoria Regional da 7ª SRPRF/PR

#### QUADRO 4.3.2.2 FORÇA DE TRABALHO DO NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS		
Quantidade de servidores	Atividade	Atribuições
01	Chefe de Núcleo	Planejar e executar as atividades pertinentes à execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, bem como receber e avaliar denúncias ou representações.
03	Analista	Desenvolver atividades pertinentes ao núcleo.

Fonte: Corregedoria Regional da 7ª SRPRF/PR

#### 4.3.3 Principais resultados correicionais observados em 2012

A Corregedoria Regional iniciou o ano de 2012 com 57 procedimentos disciplinares em apuração, sendo que no decorrer do exercício foram desenvolvidas atividades correicionais que atingiram os resultados dispostos no quadro abaixo:

#### QUADRO A.4.3 ATIVIDADES E RESULTADOS DA CORREGEDORIA REGIONAL - 2012

ATIVIDADES	RESULTADOS	
	Quantidade	Discriminação
Procedimentos Autuados	84	Denúncias ou representações autuadas
Processos Instaurados	27	Processos Administrativos Disciplinares
	01	Sindicância Administrativa Investigativa
Processos concluídos	38	Procedimentos arquivados por falta de objeto
	11	Processos arquivados sem punição
	12	Processos arquivados com punição
	61	Total de processos concluídos
Penalidades aplicadas e servidores absolvidos	06	Demissões
	05	Suspensões
	05	Advertências
	01	Cassação de aposentadoria
	18	Absolvições
Operações de Corregedoria	02	Que resultaram na prisão de 08 servidores pela possível prática do crime de facilitação ao contrabando e descaminho; e de 02 servidores pela possível prática do crime de corrupção passiva.
Acompanhamento Gerencial de Serviço (Ações de corregedoria preventiva)	384	Inspeções em Postos Fixos e Rondas
	1021	Servidores Auditados
	15	Palestras realizadas (Projeto Trânsito com Cidadania)

Fonte: Corregedoria Regional da 7ª SRPRF/PR



O quadro anterior demonstra um aumento no número de procedimentos disciplinares pendentes de apuração, ou seja, a Corregedoria Regional concluiu menos processos do que a quantidade de autuações no ano de 2012. Diversos fatores contribuíram para este cenário, dentre os quais podemos citar o número reduzido de servidores disponibilizados para a área correicional e o aumento do número de policiais rodoviários federais da 7ª SRPRF/PR. Todavia, o quadro funcional da Corregedoria Regional está sendo reestruturado no intuito de qualificar servidores para comporem comissões de processos administrativos disciplinares, bem como lotar mais servidores no Núcleo de Assuntos Internos, o que irá aumentar a capacidade de processamento da Corregedoria Regional, diminuindo o passivo processual.

Em 2012 a Corregedoria Regional realizou diversos trabalhos voltados ao Acompanhamento Gerencial de Serviço, objetivando implementar ações preventivas através do constante acompanhamento dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal, buscando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos materiais e humanos e a consequente melhoria na qualidade do trabalho e na satisfação social. Dentre os trabalhos mais significativos, podemos citar as inspeções a postos fixos e rondas que atingiram um total de 384 inspeções.

Além do trabalho preventivo realizado pela Corregedoria Regional no intuito de estimular a prática de boas condutas funcionais relativas ao exercício do cargo, também foram realizados trabalhos repressivos, com o desenvolvimento de duas operações correicionais no âmbito da regional, que resultaram na prisão de dez policiais rodoviários federais pela possível prática dos crimes de corrupção passiva e facilitação ao contrabando e descaminho.

#### 4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Todos as sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito desta Corregedoria Regional encontram-se cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), conforme determina a portaria supra citada.

Em anexo, consta o relatório dos processos movimentados no sistema CGU-PAD no ano de 2012.

## 5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

#### 5.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

- Não há Programa Temático de responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

#### 5.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

- Não há Objetivos de responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

#### 5.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

- Não há Iniciativas de responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

#### 5.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A 7ª SPRF/PR não possui responsabilidade estabelecida no PPA ou na LOA, e não possui coordenação sobre Ações de Governo, cuja execução financeira está a cargo do Departamento. Observa-se, ainda, que não há quantificador a ser atingido como meta pela Regional Paraná. Os quadros seguintes servirão como um demonstrativo das Ações em que houveram orçamento descentralizado pelo DPRF e executado por esta Unidade Jurisdicionada.

Quadro 5.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.255,00	5.784.351,46	435.917,69	0,00	5.348.433,77	435.917,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	04	01	-	-

Identificação da Ação						
Código	200G					
Descrição	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.950.000,00	60.913.540,00	11.245.725,47	4.891.055,11	0,00	6.354.670,36	4.891.055,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Obra realizada	Unidade	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	2524					
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.800.000,00	131.552,66	122.987,32	0,00	8.565,34	122.987,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
64.581.000,00	99.618.347,00	3.957.819,70	3.036.290,51	168,00	921.529,19	3.036.122,51
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procedimento realizado	Unidade	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	2816					
Descrição	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.800.000,00	6.345,62	6.306,43	0,00	39,19	6.306,43
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03E1 - Provisão de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.720.000,00	44.530.666,00	1.400.308,46	812.149,06	0,00	588.159,40	812.149,06
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema mantido	Percentual de manutenção	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	86A1					
Descrição	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
70.000.000,00	69.980.000,00	74.908,35	74.908,35	0,00	0,00	74.908,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Multa processada	Unidade	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	14M3					
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	23.000.000,00	488.858,29	488.858,29	0,00	0,00	488.858,29
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento Apoiado	unidade	01	01	-	-

#### 5.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

A Unidade Jurisdicionada não possui Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado na sua responsabilidade.

#### 5.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

A 7ª SPRF/PR não possui coordenação sobre Ações de Governo, sendo que os quadros seguintes servirão como um demonstrativo das Ações em que houveram orçamento descentralizado pelo DPRF e executado por esta Unidade Jurisdicionada. Observa-se, ainda, que não há quantificador a ser atingido como meta pela Regional Paraná.

#### Quadro 5.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
82.749.000,00	97.222.000,00	5.668.245,87	4.977.191,14	952,11	691.054,73	4.976.239,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					
Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.149.644.555,00	1.168.644.555,00	17.680,32	17.680,32	0,00	0,00	17.680,32

<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	<b>0181</b>					
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
831.993.000,00	872.493.000,00	47.030,86	47.030,86	0,00	0,00	47.030,86
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

## 5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

### 5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

- A UJ não é Unidade Orçamentária

### 5.2.2 Programação de Despesas

- A UJ não é Unidade Orçamentária

### 5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	*	*	*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recebidos	200109	200118	30107 06 122 2112 20TP	R\$ 17.680,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		200109	200118	30107 09 272 0089 0181	R\$ 47.030,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		200109	200118	30107 06 122 2112 2000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.450.294,08
		200109	200118	30107 06 128 2070 2524	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.317,13
		200109	200118	30107 06 181 0663 14M3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 489.631,04
		200109	200118	30107 06 181 2070 20IC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 506.327,48
		200109	200118	30107 06 181 2070 2723	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.885.840,81
		200109	200118	30107 06 181 2070 86A 1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.908,35
		200109	200118	30107 06 181 2070 8698	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.008.338,46
		200109	200118	30107 06 183 2070 2816	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.572,53
200109	200118	39250 26 125 2075 2346	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 352.262,43		
Movimentação Externa	Concedidos	*	*	*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recebidos	*	*	*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	*	*	*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recebidos	200109	200118	30107 06 122 2112 2000	R\$ 254.518,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		200109	200118	30107 06 181 2070 20IC	R\$ 5.343.105,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		200109	200118	30107 06 181 2070 200G	R\$ 11.245.725,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		200109	200118	30107 06 181 2070 2723	R\$ 145.935,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		200109	200118	30107 06 181 2070 8698	R\$ 391.970,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Movimentação Externa	Concedidos	*	*	*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recebidos	*	*	*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

## 5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

### 5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

#### 5.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

- Não aplicável pois a UJ não é Unidade Orçamentária.

#### 5.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

- Não aplicável pois a UJ não é Unidade Orçamentária.



## 5.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

#### Quadro 5.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>11.285.244,62</b>	<b>6.921.441,57</b>	<b>11.274.175,65</b>	<b>15.113.118,62</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	4.728.692,42	0,00	4.728.692,42	8.478.603,47
d) Pregão	6.556.552,20	6.921.441,57	6.545.483,23	6.634.515,15
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>1.728.466,31</b>	<b>1.638.505,54</b>	<b>1.727.547,45</b>	<b>1.545.135,10</b>
g) Dispensa	1.412.997,80	1.300.474,00	1.412.669,80	1.207.103,56
h) Inexigibilidade	315.468,51	338.031,54	314.877,65	338.031,54
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>9.323,83</b>	<b>4.056,69</b>	<b>9.323,83</b>	<b>4.056,69</b>
i) Suprimento de Fundos	9.323,83	4.056,69	9.323,83	4.056,69
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>2.104.813,11</b>	<b>1.113.232,46</b>	<b>2.104.813,11</b>	<b>1.113.232,46</b>
j) Pagamento em Folha	64.711,18	24.695,44	64.711,18	24.695,44
k) Diárias	2.040.101,93	1.088.537,02	2.040.101,93	1.088.537,02

**Análise crítica:** No que diz respeito ao total de Despesas Liquidadas na modalidade de Concorrência, tem-se que o valor de R\$ 4.728.692,42 refere-se ao valor devido a empresa Normandia Engenharia Ltda. para que seja construída a nova Sede desta Superintendência. As maiores despesas liquidadas através da Dispensa de Licitação são compostas pelo pagamento do valor anual de: R\$ 463.862,32 referente ao pagamento da locação do imóvel para a Sede Bacacheri, até o término da Construção da Nova Sede; Contrato de Locação de Imóvel localizado na Cidade de Pato Branco instalação da sede da 2ª Delegacia desta Superintendência, R\$ 614.171,90 refere-se ao pagamento da energia elétrica consumida por todas as Unidades da 7ª SRPRF/PR, pagamento do Contrato Administrativo Emergencial nº 07/2012 firmado com a Empresa Estel Empreiteira de Serviços Ltda. no valor de R\$ 23.707,73 e o Contrato Administrativo nº 11/2011 firmado com a Acrópole Serviços Terceirizados Ltda., com base no artigo 24, XI da Lei 8.666/93 no valor de R\$ 188.875,25.

## 5.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

### Quadro 5.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESpesas CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>64.711,18</b>	<b>24.695,44</b>	<b>64.711,18</b>	<b>24.695,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>64.711,18</b>	<b>24.695,44</b>
1º elemento de despesa (08 – Outros Benefícios Assistenciais)	64.711,18	24.695,44	64.711,18	24.695,44	0,00	0,00	64.711,18	24.695,44
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>11.729.124,15</b>	<b>11.979.230,76</b>	<b>9.901.755,28</b>	<b>9.793.459,08</b>	<b>1.827.368,87</b>	<b>2.185.771,68</b>	<b>9.900.635,17</b>	<b>9.412.059,39</b>
1º elemento de despesa (30 – Material de Consumo)	3.208.461,02	3.746.535,50	2.415.703,08	2.485.443,83	792.757,94	1.261.091,67	2.415.173,83	2.300.840,56
2º elemento de despesa (37 – Locação de Mão de Obra)	2.866.394,85	2.941.835,80	2.468.892,79	2.440.213,43	397.502,06	501.622,37	2.468.892,79	2.389.935,70
3º elemento de despesa (39 – Outros Serv. de Terceiros – PJ)	3.179.387,44	2.916.341,55	2.628.314,37	2.529.099,19	551.073,07	387.242,36	2.627.723,51	2.383.683,33
Demais elementos do grupo	2.474.880,84	2.374.517,91	2.388.845,04	2.338.702,63	86.035,80	35.815,28	2.388.845,04	2.337.599,80
DESpesas DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>	<b>17.381.254,16</b>	<b>2.024.673,56</b>	<b>5.293.168,85</b>	<b>71.419,20</b>	<b>12.088.085,31</b>	<b>1.953.254,37</b>	<b>5.293.168,85</b>	<b>71.419,20</b>
1º elemento de despesa (51 – Obras e Instalações)	10.426.484,17	816.531,22	4.728.692,42	0,00	5.697.791,75	816.531,22	4.728.692,42	0,00
2º elemento de despesa (52 – Equip. e Material Permanente)	6.009.090,69	1.208.142,34	402.113,74	71.419,20	5.606.976,95	1.136.723,15	402.113,74	71.419,20
3º elemento de despesa (39 – Outros Serv. de Terceiros – PJ)	945.679,30	0,00	162.362,69	0,00	783.316,61	0,00	162.362,69	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

### 5.2.4.2.3 Análise crítica

Verifica-se que houve uma diferença significativa nas despesas liquidadas, tal desproporcionalidade deve-se ao fato de que foi descentralizado o recurso para a continuidade da obra de construção da sede da 7ª SRPRF/PR no mês de dezembro de 2012, e a execução acontecerá durante o exercício de 2013. Percebe-se ainda que houve um aumento significativo no gasto com diárias, em razão das frequentes atividades de policiamento na região de fronteira do Estado do Paraná.

O aumento dos gastos no 1º Elemento de Despesas 08 deu-se em virtude do pagamento de Auxílio Funeral (PRF Pires) e no pagamento das Ajudas de Custos dos servidores que foram removidos desta Regional para outras Regionais e até mesmo para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal para assumirem funções de chefia.

O Elemento de Despesa 51 apresentou um aumento considerável, pois no ano de 2011 foi descentralizada apenas a quantia de R\$ 816.531,22 para a construção da obra da Nova Sede, no entanto, em 2012 a quantia descentralizada foi majorada para R\$ 10.426.484,17. Ainda,

aproveitamos a oportunidade para informar que o valor de R\$ 816.531,22 empenhado em 2011, não foi liquidada, razão pela qual, foi procedida a inscrição em restos a pagar não processados.

Com o aumento da descentralização orçamentária para o Elemento de Despesa 51 foi realizado também o empenho para o Contrato de Fiscalização da obra da Nova Sede, caracterizado pelo Elemento de Despesa 39.

A aquisição de 46 Torres Autoportantes representou um impacto de R\$ 4.003.500,00 no elemento de Despesa 52.

Houve contingenciamento tanto orçamentário quanto financeiro, gerando dificuldades no gerenciamento principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira.

Dentre as situações de caráter negativo que afetaram a execução orçamentária e financeira da 7ª SRPRF/PR, pode-se citar o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ocorridos no exercício de 2012, que, trouxe transtornos para a Administração, pois além de inconveniente e desagradável para os gestores, cria uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e conseqüentemente perante a sociedade em geral.

Além disso, os rotineiros atrasos na quitação das obrigações da Administração com os seus fornecedores, muitas vezes afasta os bons fornecedores de prestação de serviços, uma vez que não recebem a sua contrapartida (pagamentos) no momento tempestivo, e outras tantas vezes geram a cobrança de multas e juros pelas contratadas. Apesar desse cenário, todo o passivo foi regularizado.

## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 6.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

#### 6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

- Sem ocorrências no período

### 6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### 6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

##### Quadro 6.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	R\$ 505.084,69	R\$ 0,00	R\$ 494.216,97	R\$ 10.867,72
2010	R\$ 129.043,13	R\$ 0,00	R\$ 129.043,13	R\$ 0,00
2009	R\$ 136.186,75	R\$ 572,15	R\$ 135.614,60	R\$ 0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	R\$ 4.139.026,05	R\$ 174.649,22	R\$ 3.913.991,83	R\$ 50.385,00
2010	R\$ 12.839.692,69	R\$ 70.863,72	R\$ 11.040.841,34	R\$ 1.727.987,63
2009	R\$ 2.535.917,97	R\$ 122.357,61	R\$ 2.413.560,36	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

#### 6.2.2 Análise Crítica

### 6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

#### 6.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

- Sem ocorrência no período

#### 6.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

- Sem ocorrência no período

#### 6.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

- Sem ocorrência no período

#### 6.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

- Sem ocorrência no período

#### 6.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

- Sem ocorrência no período

### 6.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

#### 6.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

##### 6.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

##### Quadro 6.4.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
200118	7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	0,00	1.290,00	8.033,83	9.323,83
<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>		<b>0,00</b>	<b>1.290,00</b>	<b>8.033,83</b>	<b>9.323,83</b>

##### 6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

- A UJ não possui Conta do Tipo “B”

##### 6.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

##### Quadro 6.4.1.3.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200118	Limite de Utilização da UG	19.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
SIMONE DA SILVA GAUDENCIO	927.247.959-20	4.000,00	240,00	1.427,92	1.667,92
DAVID ALVES DE SOUZA	605.579.159-53	2.000,00	0,00	60,00	60,00
LUIZ CARLOS KACHUBA	913.781.849-04	6.000,00	0,00	2.382,04	2.382,04
HILDEMÁRIA TEIXEIRA MIRANDA	335.477.342-15	5.000,00	800,00	3.828,67	4.628,67
PETY CONCEIÇÃO ARAUJO	402.092.709-00	2.000,00	250,00	335,20	585,20
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>1.290,00</b>	<b>8.033,83</b>	<b>9.323,83</b>
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			<b>1.290,00</b>	<b>8.033,83</b>	<b>9.323,83</b>

Fonte: SIAFI

#### 6.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 6.4.1.4.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	-	8	1.290,00	12	8.033,83	9.323,83
2011	0	-	3	180,55	6	3.876,14	4.056,69
2010	0	-	14	1.530,00	17	8.422,79	9.952,79

Fonte: SIAFI

#### 6.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 6.4.1.5.1 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	8	9.323,83	4	4.056,69	11	9.952,79

Fonte: SIAFI

#### 6.4.1.6 Análise Crítica

A concessão de suprimento de fundos é precedida da solicitação do interessado e posterior decisão do Ordenador de Despesas acerca da possibilidade ou não de atendimento ao pleito. Após, o Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI efetua um levantamento dos valores destinados à concessão de suprimento de fundos e distribui entre aqueles que tiveram a solicitação deferida pelo Superintendente.

Os supridos recebem os esclarecimentos do NUOFI acerca da legislação vigente e apresentam as prestações de contas dos gastos efetuados. Tal medida é essencial para atendimento de algumas demandas imprevisíveis que possam surgir no decorrer do exercício e que não são viáveis para um procedimento de aquisição normal da administração pública, conforme delimitado na legislação em vigor. Salientamos, que existe um processo autuado, que registra todas as ocorrências referentes a concessão de suprimento de fundos.

### 6.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

#### 6.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

- Não aplicável.

#### 6.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

- Não aplicável.

#### 6.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

- Não aplicável.

#### 6.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

- Não aplicável.

#### 6.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

- Não aplicável.

#### 6.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

- Não aplicável.

#### 6.5.7 Comunicações à RFB

- Não aplicável.

#### 6.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

- Não aplicável.

#### 6.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

- Não aplicável.

#### 6.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

- Não aplicável.

## 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### Quadro 7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	<b>810</b>	<b>209</b>	<b>164</b>
1.1- Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2- Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	810	209	164
1.2.1- Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	810	209	164
1.2.2- Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3- Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4- Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>08</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	-	<b>817</b>	<b>217</b>	<b>172</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF

#### 7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

##### Quadro 7.1.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>219</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	36
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	178
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>47</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	47
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>-</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>-</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>268</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF



### 7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 7.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	-	<b>1</b>	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	-	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	32	6	7
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	-	<b>33</b>	<b>6</b>	<b>7</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF

#### 7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 7.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>135</b>	<b>340</b>	<b>256</b>	<b>60</b>	<b>9</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	135	340	256	60	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>138</b>	<b>355</b>	<b>267</b>	<b>64</b>	<b>9</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF

7.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade  
 Quadro 7.1.2.2.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	1	1	349	454	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	1	342	454	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	7	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	12	20	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	12	19	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	1	1	361	474	-	-	-

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	R\$ 85.869.297,78	R\$ 9.152,28	R\$ 5.856.506,93	R\$ 2.034.446,63	R\$ 3.143.035,78	R\$ 1.986.987,22	-	R\$ 18.980,40	R\$ 93.469,54	R\$ 99.011.876,56
	2011	R\$ 83.599.572,27	R\$ 10.486,36	R\$ 6.202.534,01	R\$ 1.959.134,93	R\$ 4.009.584,38	R\$ 1.998.037,26	-	-	R\$ 136.523,36	R\$ 97.915.872,55
	2010	R\$ 72.427.101,17	R\$ 10.689,36	R\$ 6.476.985,14	R\$ 2.177.993,46	R\$ 3.903.535,67	R\$ 745.872,04	-	-	-	R\$ 85.742.176,84
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	R\$ 187.150,79	-	R\$ 19.877,74	-	R\$ 5.776,00	R\$ 1.554,00	-	-	-	R\$ 214.358,53
	2011	R\$ 115.328,38	-	R\$ 11.626,61	-	R\$ 3.648,00	-	-	-	-	R\$ 130.602,99
	2010	R\$ 39.572,28	-	R\$ 9.376,29	-	R\$ 1.216,00	-	-	-	-	R\$ 50.164,57
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	R\$ 29.102,76	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 29.102,76
	2011	R\$ 16.491,56	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 16.491,56
	2010	R\$ 48.504,72	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 48.504,72
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	R\$ 102.549,89	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 102.549,89
	2011	R\$ 97.380,10	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 97.380,10
	2010	R\$ 110.189,28	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 110.189,28

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

## 7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 7.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>268</b>	<b>7</b>
1.1 Voluntária	259	7
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	9	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	2	-
2.3 Invalidez Permanente	2	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>272</b>	<b>7</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

#### 7.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

##### Quadro 7.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>56</b>	<b>5</b>
1.1. Integral	56	4
1.2. Proporcional	-	1
<b>2. Em Atividade</b>	<b>32</b>	<b>3</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>88</b>	<b>8</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR.

#### 7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O controle interno da UJ referente acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos inicia-se no momento da posse e exercício do servidor, quando é preenchido formulário de não acumulação de cargo e função.

No caso de vacância de serviço público federal, o próprio sistema SIAPE detecta a ocorrência e só libera para o cadastramento quando se desvincula do cargo anterior.

Na situação de servidor com mandato eletivo, é autuado processo em que consta pedido do servidor, além de uma análise jurídica feita pela Administração da 7ª SRPRF/PR.

Quando a Seção de Recursos Humanos da UJ é demandada por órgãos externos quanto a possíveis acumulações de cargos, são tomadas as devidas providências de notificação, saneamento e procedimentos previstos na legislação.

No exercício de 2012, não foi identificada nenhuma situação irregular de acúmulo de cargos por parte de servidores lotados na UJ.

#### 7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando identificado a ocorrência de acumulação indevida de cargos, a primeira providência a ser tomada é informar o servidor acerca da situação irregular, solicitando justificativas; na sequência, caso haja a constatação de irregularidade, o servidor é notificado, abrindo-se prazo para regularização, adotando-se as demais medidas administrativas cabíveis.

#### 7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

- Não aplicável a UJ, gestão da informação sob responsabilidade da Administração Central.

### 7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No que tange a Recursos Humanos, a Unidade Jurisdicionada criou indicadores de desempenho que são sistematicamente medidos, apresentando informações, dados e detalhamentos sobre os seguintes assuntos:

- Quantitativo de servidores e pensionistas;
- Variação quantitativa no efetivo;
- Servidores que passaram por entrevista de direcionamento;
- Percentual de servidores capacitados;
- Índice de variação de processos de benefícios;
- Coeficiente de erros nos lançamentos em folha de pagamento;
- Acerto de pagamento de exercícios anteriores;
- Percentual de atendimentos do Prosserv (Projeto de apoio psico-social ao servidor);
- Índice de afastamentos médicos;
- Servidores atendidos por perícia ou junta médica; e
- Pessoas beneficiados por ações de educação de trânsito.

Os indicadores abarcam avaliações de todos os Núcleos subordinados à Seção de Recursos Humanos, e servem para orientar previsões e metas para o próximo exercício, além de fornecer um parâmetro inicial de desempenho. Somando-se aos quadros apresentados no item 7, destaca-se abaixo outros dois indicadores relevantes, relacionado a Recursos Humanos:

Quadro 7.1.8.1 – Destaques de Indicadores Gerenciais SRH

<b>REDUZIR O ABSENTEÍSMO ENTRE OS SERVIDORES</b>			
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE AFASTAMENTOS MÉDICOS		
<b>ÍNDICE DE AFASTAMENTOS MÉDICOS</b>			
UNIDADE DE MEDIDA: Relação entre a quantidade total de dias de licença médica concedidos frente ao número de servidores da Regional			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Administração de Pessoal – SIAPE			
2010	2011	2012	VARIAÇÃO 2011/2012
6,95%	5,5%	6,29%	14,36%

<b>PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES</b>			
INDICADORES DESEMPENHO	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS		
<b>PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS</b>			
UNIDADE DE MEDIDA: Relação entre a quantidade de servidores que foram capacitados no período frente ao número de servidores da Regional			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal			
2010	2011	2012	VARIAÇÃO 2011/2012
92,36%	59%	20,44%	-65,36%

Fonte: Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Com referência ao absenteísmo, em 2012, a relação entre a quantidade total de dias de licença médica concedidos frente ao número de servidores da Regional estabeleceu-se em 6,29%. Obteve-se, então um aumento de 14,36% com relação ao constatado no ano de 2011, que era de 5,5%, porém abaixo do constatado em 2010 que ficou em 6,95%. Fatores ligados a atividade policial, assim como questões pessoais do servidor contribuíram para o índice apresentado. A política de movimentação de pessoas, a publicação de IN em 2013 que regulamenta a educação física institucional e o projeto Patrulha Saúde são ações desencadeadas pela Administração que buscam reduzir o absenteísmo entre os servidores.

No quesito Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, foram registradas em 2012 um total de 14 ocorrências, sendo a maioria com lesões leves dos servidores, considerando o efetivo total de servidores e o tipo de atividade, apesar de o número apresentado demonstrar um baixo índice de acidentes profissionais, o objetivo, sempre, é buscar “zerar” a quantidade de acidentes de trabalho.

Em se tratando de distribuição de efetivo, o parâmetro da 7ª SRPRF/PR leva em conta o efetivo atual de todas as Unidades da Regional, bem como o efetivo ideal para estas, em que tem-se o índice com os dados percentuais de policiais lotados. O objetivo então é distribuir o efetivo tecnicamente, procurando equilibrar a força de trabalho.

Esta política para distribuição de efetivo já vem sendo realizada por esta Regional, em que houve uma diminuição do número de policiais trabalhando administrativamente e lotação de policiais nos locais com maior carência.

A lotação de policiais em atividade-meio depende do acréscimo de policiais para atividade-fim, otimizando assim a utilização de servidores na área administrativa, fazendo com que o aumento ocorra quando realmente há necessidade.

Quando fazemos menção de servidores na área administrativa para atender a demanda é no sentido de que a atividade-meio possa prover os recursos necessários para a área operacional, atender os mais diversos pedidos e consolidar de forma eficaz, eficiente e efetiva todo o trabalho desenvolvido na área operacional.

O quadro abaixo reflete a situação de efetivo vivenciada no fechamento do exercício:

Quadro 7.1.8.2- Situação de efetivo em 2012

Descrição	2010		2011		2012	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	587	80,19%	618	82,84%	654	80,05%
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	145 <sup>1</sup>	19,81%	130 <sup>1</sup>	17,43%	163 <sup>1</sup>	19,95%
Total Geral	732	100,00%	746	100,00%	817	100,00%

1- 28 servidores em cargos de chefia da Regional inclusos no quantitativo.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Tendo em vista que o foco do direcionamento dos servidores policiais é para a atividade finalística do órgão, a proporção de policiais em ações de suporte deve ser mantida em índices inferiores a 18%. Nesse sentido, ao compararmos os últimos Exercícios, nota-se que a Administração diminuiu o percentualmente o número de servidores na área de suporte, e aumentou o efetivo para a atividade-fim. Para progredir o avanço alcançado, sem prejuízo dos serviços de apoio desempenhados, justifica-se o aumento do efetivo policial no Estado. Outras alternativas seriam: a realização de concurso público visando dotar a área de suporte com servidores administrativos com capacidade profissional voltada para os desafios da função, em substituição aos

policiais; e a contratação de funcionários terceirizados, a fim de potencializar os serviços desempenhados pelos servidores da área.

A distribuição de policiais na 7ª SRPRF/PR, sejam eles removidos de outras regionais ou lotados por ocasião de concurso, obedece critérios técnicos conforme o levantamento de necessidades realizado, procurando assim distribuir o efetivo de forma equilibrada, em que os dados percentuais de lotação tenham índices semelhantes. Desta forma, a distribuição de efetivo não trará prejuízo nem privilégio a nenhuma Delegacia, pois contemplará a real necessidade de cada uma delas.

Um fator que se destaca é a nomeação de servidores na PRF ocorrida em setembro de 2012, onde tivemos 190 nomeados na 7ª SRPRF/PR.

O DPRF adotou a partir de 2012, uma política de movimentação de pessoas, prevendo remanejamento com o advento de nomeação de servidores em virtude de concurso. Então, como o número de servidores que encontravam-se lotados na 7ª SRPRF/PR com interesse em serem removidos era elevado, a nomeação ocorrida em setembro contribuiu significativamente para o remanejamento de pessoas, porém o acréscimo de efetivo na Regional foi pequeno.

O acréscimo mais significativo de efetivo ocorreu com a nomeação da 2ª turma do concurso 2009, ocorrido em janeiro de 2013. Incluindo o remanejamento ocorrido com esta turma, a 7ª SPRF/PR conta atualmente com um efetivo de mais de 900 servidores, número inferior ao ideal pretendido, porém já um aumento significativo com relação ao ano de 2011, que havia fechado com um total de 746 servidores.

Agregado ao indicador Rotatividade, verifica-se outro objeto de estudo, o Indicador de Aposentadoria, que determina a renovação do quadro de servidores. Dessarte, através do presente estudo, verifica-se que, no ano de 2012, sete servidores se aposentaram.

Com referência à Educação continuada podemos citar os cursos à distância que o DPRF oferece a todo o efetivo através da plataforma EAD, abrangendo, geralmente os cursos na área operacional.

O aporte de recursos para capacitação atenderam basicamente demandas originárias da Coordenação de Ensino do DPRF, como por exemplo os cursos Motociclista Batedor, Técnicas Policiais de Combate ao Crime, Curso de Operações de Controle de Distúrbios, Curso de Operador de Equipamentos Especiais, Direitos Humanos, Piloto Operacional, Avaliação de Produção de Conhecimento, Mapeamento de Competências, atualização para Chefes do Núcleo de Orçamento e finanças, Curso de Formação de Instrutores, Técnicas Policiais de Fiscalização de Trânsito, etc. Além disso, os recursos foram aplicados para custear Instrutores da Regional no Curso de Formação Profissional da PRF.

Cursos ofertados pela Regional foram: Busca Minuciosa, Técnicas de Ensino, Habilitação no Emprego da Carabina MD 97 e Ações Táticas.

Podemos citar também uma parceria entre a Regional e o SINPRF/PR, de uma iniciativa inédita do NUCAP, onde, aproximadamente, 14 servidores se encontram participando do curso de especialização em Gestão Pública - com foco em Gestão de Pessoas, Logística e Políticas Públicas - ofertado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Já a questão disciplinar do policial rodoviário federal, excetuando-se as incursões da Corregedoria, pode ser verificada nos módulos de avaliação para os servidores em período de estágio probatório, o item Disciplina é um dos fatores de avaliação, sendo que estas acontecem a cada seis meses até a efetiva homologação.

Com relação a faixa etária dos servidores, pode-se verificar uma distribuição mais equilibrada com maior predominância no intervalo de idade entre 31 a 40 anos.



Merece destaque também o quadro que informa a escolaridade dos servidores, no ano de 2012, com a realização da atualização cadastral dos servidores, o registro do nível de escolaridade ficou mais próximo da realidade.

## 7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 7.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

- Sem ocorrência no período.

### 7.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

- Informação a cargo do Órgão Central - Departamento de Polícia Rodoviária.

### 7.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

- Informação a cargo do Órgão Central - Departamento de Polícia Rodoviária.

7.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada  
 Quadro 7.2.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200118.00001							CNPJ: 00.394.494/0113-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	22/2010	09.039.434/0001-70	27/05/10	26/05/13	22	22					P
2010	L	O	32/2010	07.990.946/0001-91	27/08/10	26/08/13	55	55					P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

7.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão  
 Quadro 7.2.5.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200118/00001							CNPJ: 00.394.494/0113-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	30/2010	09.431.870/0001-90	20/09/10	19/09/12	0	0	6	6	0	0	
2012	5	O	18/2012	04.624.017/0001-70	29/09/12	30/09/13	0	0	6	6	0	0	
2010	12	O	34/2010	04.624.017/0001-70	24/09/10	23/09/13	0	0	33	33	0	0	
2011	4	O	10/2011	09.688.809/0001-22	19/09/11	02/03/12	2	2	0	0	0	0	
2012	4	E	07/2012	07.990.946/0001-91	22/03/12	17/09/12	2	2	0	0	0	0	
2011	12	O	11/2011	73.281.404/0001-74	07/11/12	07/11/13	0	0	14	14	0	0	
2008	12	O	10/2008	76.610.591/0001-80	24/09/08	24/09/13	0	0	9	9	0	0	

Observações:

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 7ªSRPRF/PR

## 7.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 7.2.6.1 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>5. Nível superior</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>R\$ 55.872,57</b>
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	8	7	8	8	R\$ 55.872,57
<b>6. Nível Médio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
<b>7. Total (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>R\$ 55.872,57</b>

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

## **8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

### **8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS**

#### **8.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

##### **a) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:**

A Polícia Rodoviária Federal, conforme contido no §2º do Artigo 144 da Constituição da República, é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Dentro desse mister, atua diuturnamente no salvamento de vidas, controle do trânsito e combate à criminalidade.

Na esfera da legislação ordinária, mais precisamente pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) é responsável pela prevenção e repressão de infrações administrativas de trânsito. Além disso, tem atuado fortemente no combate à criminalidade em atividades isoladas, ou em conjunto, com os mais diversos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, em todos os pontos do Território Nacional.

Fazendo-se uma analogia simples, se o principal objetivo de qualquer empresa é otimizar o desempenho da planta produtiva, controlando e reduzindo os custos de produção, a Polícia Rodoviária Federal, tem como um de seus principais objetivos a prevenção de acidentes que está diretamente associada com o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais brasileiras. Para tanto, é imperioso possuir uma frota apta e ativa, em condições de uso compatíveis com as normas de segurança, que são fundamentais à consecução das atividades da Instituição, garantindo o Pronto Atendimento às ocorrências diurnas, pois que os veículos oficiais constituem-se em sua principal ferramenta de trabalho.

Segundo a NBR-5462 de 1994, disponibilidade é a capacidade de um item estar em condições de executar uma certa função em um dado instante ou durante um intervalo de tempo determinado, levando-se em conta os aspectos combinados de sua confiabilidade, manutenibilidade e suporte de manutenção, supondo que os recursos externos requeridos estejam assegurados. Assim, para cumprimento de nossas obrigações, o abastecimento e a manutenção veicular devem atingir patamares cada vez mais altos de qualidade e acessibilidade à principal ferramenta de trabalho: a viatura, pois que a frota de veículos é de suma importância para consecução de todas as atividades do órgão, considerando que gera impacto tanto na seara administrativa quanto na operacional, impondo-se a disponibilidade de viaturas em ideais condições de segurança e conservação, visando o desenvolvimento das atividades precípua do órgão, a destacar que o patrulhamento desenvolve-se diuturnamente nas rodovias e estradas federais, durante períodos de 24 horas, nos 7 dias da semana.

b) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação dada pela UJ:

Quadro 8.1.1.1 - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação dada pela UJ:

<b>TABELA DE CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS</b>					
<b>GRUPO</b>	<b>UTILIZAÇÃO</b>		<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>USUÁRIO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
I - Veículos de representação	Na representação oficial		Veículo com características adequadas a alta apresentação do restado	Autoridades referidas no art. 3º do Decreto 6403/08	<b>000</b>
II – Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4º do Decreto 6403/08				<b>000</b>
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		Automóvel – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Autoridades referidas no art. 5º do Decreto 6403/08	<b>002</b>
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico – automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor – capacidade de motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	<b>048</b>
		Transporte coletivo	Veículo básico – ônibus, micro-ônibus ou van, capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	<b>003</b>
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico – automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga e serviço	<b>003</b>
		Transporte de carga pesada	Veículo básico – caminhão, caminhão guincho, reboque ou semi reboque capacidade e motorização compatíveis com o serviço.	Servidor na execução de atividades específicas	<b>009</b>
		Atividades específicas	Veículo de tração – trator de rodas, de esteira ou misto, pá mecânica, motoniveladora e outros equivalentes		<b>000</b>
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		Veículos com especificações próprias devidamente justificadas – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados.	<b>237</b>
<b>TOTAL</b>					<b>302</b>

c) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida no item anterior:

Quadro 8.1.1.2 - Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida no item anterior

GRUPO	CARACTERÍSTICA	MÉDIA ANUAL DE QUILÔMETROS RODADOS
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	27.594
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
V – Veículos de serviços especiais	Atividades específicas	212.206
	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	5.079.987
<b>TOTAL</b>		<b>5.319.787</b>

d) Idade média da frota, por grupo de veículos

Quadro 8.1.1.3 - Idade média da frota, por grupo de veículos

GRUPO	CARACTERÍSTICA	IDADE MÉDIA DA FROTA
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	2010
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
V – Veículos de serviços especiais	Atividades específicas	2008
	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	2008

e) Plano de substituição da frota:

O plano de substituição da frota dá-se de forma centralizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, por intermédio de sistema de informatizado de dados que, atualmente, é gerenciado pelo SIPAC- Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, ferramenta que é alimentada pela gestão geral da frota de cada desconcentrada, inclusive esta.

f) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A principal ferramenta de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, além da humana obviamente, é o veículo, que apresenta características singulares em detrimento da atividade policial. As características estabelecidas pelo artigo 29, inciso VII da Lei 9.503/97, dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, bem como compartimento para presos são essenciais e imprescindíveis para atividade. Nesse viés, entende-se que tais veículos são classificados como de uso especial, o que difere do padrão utilizado nas locações costumeiras, além de que o custo operacional e a utilização em larga faixa, nos parece demonstrar que não seria essa a melhor opção, além de que a locação não é prática adotada pelo órgão central, normalmente gerenciador de todas as aquisições desse tipo de bem.

g) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

O controle e gestão da frota é realizada por intermédio do Núcleo de Serviços Gerais, com atribuições específicas conferidas pelo artigo 87 da Portaria nº 1.375/2007, que institui o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Objetivando aprimorar ainda mais esses controles foi criada a Gestão Geral da Frota, que conta com gestores gerais, bem como regionais, esses últimos lotados em cada uma das sete Delegacias da 7ªSRPRF/PR, e responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos tanto de abastecimento, quanto de manutenção automotiva, que resultam de contratação realizada por meio de certames licitatórios.

Os veículos da 7ªSRPRF/PR são mantidos por intermédio de um contrato de gerenciamento compartilhado, que possibilita maior rigor e controle de todos os serviços executados/peças substituídas, quando são conferidos, pelos fiscais, os serviços em garantia, descontos aplicados sobre as peças, e o quantitativo de hora técnica multiplicados pelo valor da hora contratada. Os meios utilizados pela administração visam garantir a efetividade e o atendimento aos princípios constitucionais da economicidade e eficiência, proferidos pelo artigo 37 da Constituição Federal.

## 8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 8.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARANÁ	6	6
	Cascavel	1	1
	Colombo	1	1
	Curitiba – Av. Victor Ferreira do Amaral	1	1
	Curitiba – Rodovia BR 476 nº 500	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
	Guarapuava	1	1
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

**Análise crítica:** A 7ª SRPRF/PR além dos imóveis acima descritos e incluídos no SPIUNET possui ainda 42 Unidades Operacionais que ainda não foram incluídos no Sistema. As Unidades Operacionais não foram cadastradas, pois, é obrigatória a necessidade da inclusão do número do Registro Imobiliário, porém, como os mesmos estão localizados na faixa de domínio não foi possível levantar tal informação junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.

Além das Unidades Operacionais, existe uma situação singular do imóvel onde está instalada a Delegacia de Londrina – PR, pois o mesmo foi cedido a esta Regional, no entanto, o Registro do Imóvel ainda não está vinculado a esta desconcentrada no SPIUNET.



No exercício de 2013 se objetiva buscar auxílio junto a AGU para levantar os respectivos números dos Registros Imobiliários, atualizando assim a situação dos imóveis sem inserção. Por fim, informamos que no ano de 2012 foi realizada a atualização dos valores dos imóveis cadastrados no SPIUNET, conforme orientações repassadas pela Secretaria do Patrimônio da União/PR.

## 8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

### Quadro 8.2.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARANÁ		
	Curitiba	2	2
	Pato Branco	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>3</b>	<b>3</b>
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

**Análise Crítica:** A 7ª SRPRF/PR possui dois imóveis locados na Cidade de Curitiba, sendo que um destina-se a Sede Bacacheri e o outro corresponde a uma área no Aeroporto do Bacacheri utilizada para hangaragem de helicóptero. No interior do Estado do Paraná, a locação refere-se a um imóvel na Cidade de Pato Branco, onde está sediada a 2ª Delegacia da 7ª SRPRF/PR.

### 8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 8.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200118	7493000585002	Uso em Serviço Público	Muito Bom	277.492,45	13/09/2012	683.000,33	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
200118	7513000195008	Uso em Serviço Público	Não há dados	3.475.712,62	13/09/2012	4.821.894,04	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
200118	7535002435007	Uso em Serviço Público	Não há dados	2.546.765,00	13/09/2012	22.225.769,66	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
200118	7535003005006	Uso em Serviço Público	Não há dados a apres.	1.000.987,17	13/09/2012	6.400.127,95	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
200118	7563008045001	Uso em Serviço Público	Regular	101.414,84	17/09/2012	R\$ 653.700,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
200118	7583000395008	Uso em Serviço Público	Reparos importantes	208.775,57	21/09/2012	252.252,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Total</b>							<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: SPU – Spiunet

## 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

#### Quadro 9.1.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Apresentados no item 9.1.2	

### 9.1.2 Análise Crítica

Conforme a estrutura organizacional da PRF e as atribuições definidas em seu regimento interno (Portaria MJ nº 1375/2007), a área desta Unidade Jurisdicionada afeta à Gestão da Tecnologia da Informação é o Núcleo de Telemática – NUTEL, que planeja, coordena e executa, no âmbito da unidade regional, atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização - CGPLAM.

Dessa forma, diversos quesitos relativos a Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada não são executados diretamente pela unidade desconcentrada, visto que as estratégias, diretrizes, políticas e regras relativas à gestão e ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC são definidas, aprovadas e publicadas em âmbito nacional pelo DPRF, através da estrutura da CGPLAM.

De fato, a atuação da gerência de TIC no âmbito regional está voltada à manutenção da infraestrutura de TIC; suporte técnico aos usuários; gestão dos recursos de TIC; implantação de projetos e soluções técnicas; estudos e pesquisas voltados a melhoria e modernização dos serviços; levantamento de informações e demandas para subsidiar o macro planejamento de TIC da Polícia Rodoviária Federal. Obviamente, a execução de tais responsabilidades se desdobram em várias outras atribuições e atividades.

Na prática, a equipe de trabalho do NUTEL, além da atuação descrita no parágrafo anterior, ainda participa de diversas ações e projetos em âmbito nacional, ocorrendo constantes convocações de servidores desta unidade desconcentrada para trabalharem dedicados à essas demandas. Destacamos, nesse sentido, a participação no Projeto Landell, que trata da modernização do sistema de radiocomunicação da PRF; participação no desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, sendo iniciado o Projeto ADDs – Apoio Desconcentrado de Desenvolvimento de Sistemas; colaboração na elaboração de plano de ação da CGPLAM e guia de boas práticas em TIC.

A dedicação desses servidores, bem como sua qualificação e competência técnica, motivou a remoção de 3 (três) integrantes da equipe regional, para serem lotados na estrutura da CGPLAM.

O grande desafio que se apresenta para realizar uma boa gestão de TIC, diz respeito à formar e manter uma equipe de trabalho, com integrantes que possuam conhecimento, capacidade e competências técnicas, capaz de suprir todos os campos de atuação que envolvem a informática, telefonia e radiocomunicação. Um dos principais obstáculos percebidos é a ausência de um quadro de cargos especializados, na estrutura da Polícia Rodoviária Federal, que permitiriam a seleção e contratação de servidores públicos, profissionais com atribuições específicas para executar tais atividades. Apesar de existirem, na estrutura atual, profissionais com ótima qualificação; é notório que o fato desses servidores públicos terem sido contratados e formados para exercer as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal, em diversos momentos dificulta a manutenção desses profissionais dedicados às atividades técnicas, bem como a seleção de novos talentos dispostos a compor as equipes de trabalho de TIC.

De acordo com o contexto apresentado, as respostas no Quadro A.8.1 seguiram o seguinte critério:

– Item 1 “Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:” - as respostas referem-se às ações da unidade central, das quais a unidade regional tomou conhecimento;

– Item 2 “Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:” - foram consideradas as diretrizes do PDTI 2010/2011, que vincula todas as unidades da PRF, além dos relatórios de indicadores de desempenho aplicados regionalmente e do uso do Sistema de Informações Gerenciais – SISGER, na tomada de decisões;

– Item 3 “Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:” - esclarecendo que toda a estrutura de sistemas de informação e armazenamento de dados é mantida no datacenter nacional, sendo que apenas arquivos digitais e banco de dados dos serviços de TIC regional são mantidos pela UJ, sendo que não houveram auditorias na regional e não temos informações quanto a execução de tais ações na unidade central;

- Item 4 “Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:” - o PDTI da PRF é estabelecido pela unidade central, vinculando as unidades desconcentradas, dessa forma, as informações prestadas referem-se às ações da unidade central. Permanecem sendo aplicadas as diretrizes do PDTI 2010/2011, visto que a nova versão do documento ainda não foi aprovada e publicada;

- Item 5 “Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:” - todas as questões são afetas ao órgão de maneira global;

- Item 6 “Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:” - há um conjunto de normas afetas a segurança da informação no âmbito do DPRF, entretanto não foi possível associá-las as questões apresentadas;

- Item 7 “Em relação às contratações de serviços de TI:” - respostas referentes aos contratos da UJ, esclarecendo que não há contratação para desenvolvimento de sistemas na regional;

- Item 8 “Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão”, a mesma foi elaborada e publicada pela unidade central, acessível em:

<http://www.dprf.gov.br/extranet/portalst/CartaServicosDPRF.pdf>;

- Item 9 “Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?” - levantamento baseado nos serviços apresentados na Carta de Serviços ao Cidadão e na forma de solicitação.

## 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 10.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
	Sim ( )		Não (X)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 10.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

### Quadro 10.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	3052	3626	1879	25.815,00	16.206,50	10.164,00
Água	7800	7596	5155	38.684,90	27.750,47	18.459,09
Energia Elétrica	1395969	1435182	1201738	627.474,99	616.267,42	456.309,71
			<b>Total</b>	<b>691.974,89</b>	<b>660.224,39</b>	<b>484.932,80</b>

**Análise Crítica:** 1) Apesar de inexistir uma política institucional do DPRF acerca do estímulo racional de papel, energia elétrica e água, a 7ª SRPRF/PR encaminha orientações aos servidores demonstrando a necessidade da economia dos referidos recursos. 2) Até a presente data não foi realizada adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como agenda ambiental na administração pública (a3p), programa de eficiência do gasto (peg) e programa de eficiência energética em prédios públicos (procel epp), sendo que esta regional está estudando meios para fazer a adesão a um dos programas acima mencionados.



## **11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

#### **11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

- No último relatório apresentado pela CGU foi concluída pela REGULARIDADE das contas (vide informações no site do DPRF e o certificado de auditoria 201203603)

#### **11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

No relatório de Auditoria Anual de Contas foram realizadas as seguintes observações:

1 - “em análise realizada evidenciou-se que 42 unidades operacionais – Postos na faixa de domínio da União – não estão registradas no SPIUNET nem no SIAFI”. Para inclusão dos referidos imóveis é necessário informar o número da matrícula do imóvel no respectivo Registro de Imóveis, no entanto, não conseguimos localizar tal informação, pois são imóveis oriundos do antigo DNER. Salientamos que a SPU já foi devidamente comunicada acerca da nossa dificuldade em localizar o número da matrícula.

2 - “destaca-se, ainda, que todos os 06 imóveis em uso pela SRPRF/PR, registrados no SPIUNET, estão com valores desatualizados”. Diligência sanada com a inserção dos valores atualizados no SPIUNET.

#### **11.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

- Sem ocorrência no período.

#### **11.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

- Sem ocorrência no período.

## 11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade Jurisdicionada não possui auditoria interna estruturada.

## 11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

### 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 11.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>-Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:

### 11.3.2 Análise Crítica

Todos os servidores da 7ª SRPRF/PR apresentam regularmente suas declarações de rendas e bens, nos moldes da Lei nº 8.730, de 10 de novembro 1993.

Uma das formas adotadas pela 7ª SRPRF/PR para atendimento dessa obrigação legal de forma prática e contínua é a possibilidade de o servidor autorizar expressamente a Administração a acessar seu cadastro na base de dados da Receita Federal do Brasil.

Sendo que nesta UG não há servidores com cargos eletivos, funções comissionadas sem vínculo com o órgão, restando prejudicada a inserção de dados na planilha acima.

## 11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



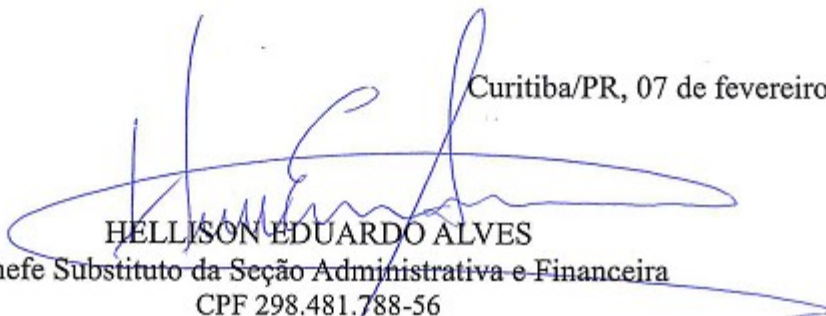
Ministério da Justiça  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
7ª Superintendência – Seção Administrativa e Financeira

### DECLARAÇÃO DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 119/12 - ANEXO I – PARTE A - ITEM 10.4

Eu, HELLISON EDUARDO ALVES, CPF 298.481.788-56, Chefe Substituto da Seção Administrativa e Financeira, cargo exercido na 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Com exceção dos Contrato Administrativo n.º 03/2012, 05/2012, por limitações técnicas no sistema SIASG, sendo adotado como medida corretiva sua publicação no DOU por meio do INcom - site da Imprensa Nacional e dos convênios/termos e acordos de cooperação mútua que **não envolvem repasse financeiro**, uma vez que o SIASG/SICONV não possibilita a inclusão deste tipo de convênio e suas publicações são realizadas por meio do INcom -site da Imprensa Nacional, bem como, daqueles contratos que dispensam a publicação conforme orientações Normativas nº 33 e 34/2011 da AGU, enquadram-se nessa situação os Contratos Administrativos nº 19/2012, 20/2012, 22/2012, 26/2012 e 27/2012.

Curitiba/PR, 07 de fevereiro de 2013

  
HELLISON EDUARDO ALVES  
Chefe Substituto da Seção Administrativa e Financeira  
CPF 298.481.788-56

## **12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **12.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

#### **12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

### **12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **12.2.1 Declaração Plena**

Quadro 12.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

- Vide declaração com ressalva.

## 12.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro 12.2.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
7ª SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			200118
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais as seguintes:</p> <p>a) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.; b) 115- FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7

**José Carlos Gomes**  
CGONT/DPROG/SE/MJ  
Coordenador

## 12.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

- Não aplicável a UJ.

### 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

#### 13.1 OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA 7ª SPRF/PR

Importante mencionar que no exercício de 2012 foi continuada a execução da obra de construção do edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, conforme contrato nº 43/2010, assinado em 17/12/2010 com a empresa Normandia Engenharia Ltda, CNPJ 02776570/0001/01, decorrente da Concorrência Pública nº 01/2010, no valor total de R\$ 31.661.609,64.

A referida obra foi iniciada em 1º de fevereiro de 2011, com previsão de término em 24 meses de acordo com o cronograma físico e financeiro. Foi executado até 31 de dezembro de 2012 o percentual de 50,88 do total da obra.

A obra não pode ser concluída no prazo firmado inicialmente, em virtude da informação do DPRF que a 7ª SRPRF/PR teria apenas R\$ 8.000.000,00 de disponibilidade orçamentária para o exercício de 2012.

Em virtude do contingenciamento de verbas, foi necessário realizar uma readequação no cronograma e o prazo para conclusão da obra foi estendido em 10 fases, sendo assim o término ficou previsto para o dia 16/11/2013.

Com a extensão do cronograma foi firmado Termo Aditivo no valor de R\$ 442.413,10, sendo que nesse valor estão compreendido os gastos com a prorrogação da vigência e da execução do aditivo dos tanques, da rede coletora de águas pluviais e alteração na geometria e armação da viga 152.

Para acompanhamento e fiscalização da obra foi firmado o contrato nº 48/2010, por meio do Pregão Eletrônico nº 32/2010, com a empresa GEPLAN – Planejamento, Projetos e Gerenciamento de Obras, CNPJ nº 02786257/0001-46, no valor de R\$ 1.400.000,00, assinado em 31/12/2010, e iniciada a execução em 07/02/2011.

O referido Contrato também teve seu cronograma alterado em virtude do contingenciamento de verbas, sendo formalizado Termo Aditivo no valor de R\$ 252.545,48.

Os pagamentos das medições realizadas e das quantias devidas a título do reajuste, tanto para execução da obra como para fiscalização, foram realizados conforme discriminado abaixo:

#### Quadro 13.1.1 - Medição da obra da Sede - Contrato 43/2010

Medição da obra da Sede - Contrato 43/2010				
Parcela	Período	Valor previsto	Valor executado	Processo
12	28/12 a 26/01/12	R\$ 849.316,56	R\$ 905.318,00	08659.001337/2012-53
13	27/01 a 26/02	R\$ 691.515,49	R\$ 742.134,42	08659.002729/2012-30
14	27/02 a 28/03	R\$ 296.419,28	R\$ 318.117,17	08659.005280/2012-61
15	29/03 a 27/04	R\$ 343.715,65	R\$ 368.875,63	08659.009302/2012-62
16	28/04 a 27/05	R\$ 301.175,99	R\$ 323.222,07	08659.012029/2012-53
17	28/05 a 26/06	R\$ 353.012,07	R\$ 348.519,94	08659.014525/2012-41
18	27/06 a 26/07	R\$ 469.857,90	R\$ 612.123,78	08659.016540/2012-24
19	27/07 a 25/08	R\$ 674.042,34	R\$ 535.400,54	08659.018857/2012-03
20	26/08 a 24/09	R\$ 679.885,54	R\$ 708.607,60	08659.022218/2012-34
21	25/09 a 24/10	R\$ 918.069,09	R\$ 1.079.807,39	08659.023012/2012-21
22*	25/10 a 23/11	R\$ 1.059.778,21	R\$ 311.437,21	08659.025645/2012-74
23*	22/11 a 21/12	R\$ 1.105.293,82	R\$ 632.912,18	08659.000230/2013-79

\* valores pagos em 2013



Quadro 13.1.2 - Medição Fiscalização - Contrato 48/2010

Medição Fiscalização - Contrato 48/2010				
Mês	Período	Valor previsto	Valor executado	Processo
12	03/01 a 01/02/12	R\$ 32.432,61	R\$ 23.022,80	08659.001338/2012-06
13	02/02 a 03/03	R\$ 26.580,11	R\$ 19.063,53	08659.002730/2012-64
14	03/03 a 01/04	R\$ 11.461,15	R\$ 73.671,20	08659.005279/2012-37
15	02/04 a 01/05	R\$ 13.290,05	R\$ 13.270,86	08659.009303/2012-15
16	02/05 a 31/05	R\$ 11.583,07	R\$ 11.628,40	08659.012028/2012-17
17	01/06 a 30/06	R\$ 15.850,52	R\$ 16.462,94	08659.014538/2012-11
18	01/07 a 30/07	R\$ 20.239,90	R\$ 22.972,11	08659.016541/2012-79
19	31/07 a 29/08	R\$ 29.872,14	R\$ 19.830,26	08659.018856/2012-51
20	30/08 a 28/09	R\$ 30.115,99	R\$ 25.230,69	08659.022219/2012-89
21	29/09 a 28/10	R\$ 33.651,88	R\$ 40.418,07	08659.023011/2012-87
22*	29/10 a 27/11	R\$ 38.163,18	R\$ 12.510,66	08659.025644/2012-20
23*	28/11 a 27/12	R\$ 31.091,41	R\$ 25.424,56	08659.000229/2013-44

\* valores pago em 2013

### 13.2 CONVÊNIOS PARA VERBA DE APARELHAMENTO

A 7ª SRPRF/PR possui atualmente 8 (oito) convênios firmados com concessionárias de rodovias, os quais possibilitam a utilização de recursos disponíveis para aparelhamento do órgão nos trechos concessionados, disponibilizados por força de previsão constante nos contratos de concessão firmados entre o poder concedente (União Federal ou Governo do Estado do Paraná) e as concessionárias de rodovias.

É importante salientar que tais convênios não envolvem o repasse de recursos financeiros entre as partes, e sim um valor mensal ou anual, conforme o convênio, que cada concessionária de rodovia deve disponibilizar para aquisição de bens duráveis, materiais de consumo ou serviços requisitados pela 7ª SRPRF/PR, conforme metodologia prevista em cada convênio, sendo que o procedimento de aquisição e execução financeira são de responsabilidade de cada concessionária de rodovias.

Tais convênios tem sido uma importante fonte de recursos que permitem o aparelhamento e modernização do órgão na sua atuação em 1.733,3 km de rodovias federais concessionadas – cerca de 43,09% de toda a circunscrição sob responsabilidade da 7ª SRPRF/PR. Constituem também uma interessante alternativa para o órgão contornar as dificuldades impostas decorrentes de restrições orçamentárias sofridas, contribuindo para suprir parcialmente as necessidades operacionais da atividade-fim.

Quadro 13.2.1 – Demonstrativo de Itens Adquiridos por Convênio

Nº DO CONVÊNIO: 103/2008		
CONCESSIONÁRIA : Ecovia Caminho do Mar S/A		
INTERVENIENTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
OBJETO: Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXVIII do Contrato de Concessão nº 076/97 do Governo do Estado do Paraná.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Pneus 205/55R16	8	R\$ 2.103,20
Reparo veículo Toyota AUW9809	1	R\$ 3.320,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 5.423,20</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 81/2010</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA :</b> Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S/A		
<b>INTERVENIENTE:</b> Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
<b>OBJETO:</b> Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXIX do Contrato de Concessão nº 075/97 do Governo do Estado do Paraná.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Medidores de Velocidade na BR-373	6	R\$ 119.760,00
Pneus 205/55R16	32	R\$ 8.360,00
Reparo veículo Toyota AUW9809	1	R\$ 2.810,26
Reparo veículo Toyota AUW9806	1	R\$ 3.131,00
Lanternas Táticas	115	R\$ 39.445,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 173.506,26</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 82/2010</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA :</b> Caminhos do Paraná S/A		
<b>INTERVENIENTE:</b> Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
<b>OBJETO:</b> Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXVIII do Contrato de Concessão nº 074/97 do Governo do Estado do Paraná.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Pneus 205/55R16	20	R\$ 4.250,40
Pneus 235/60R17	4	R\$ 1.420,00
Lanternas Táticas	60	R\$ 20.580,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 26.250,40</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 84/2010</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA :</b> Econorte – Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A		
<b>INTERVENIENTE:</b> Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
<b>OBJETO:</b> Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXVIII do Contrato de Concessão nº 071/97 do Governo do Estado do Paraná.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Pneus 205/55R16	28	R\$ 7.084,00
Lanternas Táticas	60	R\$ 20.580,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 27.664,00</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 01/2011</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA :</b> Viapar – Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A		
<b>INTERVENIENTE:</b> Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
<b>OBJETO:</b> Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXIX do Contrato de Concessão nº 072/97 do Governo do Estado do Paraná.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Pneus 205/55R16	24	R\$ 6.312,00
Pneus 235/60R17	24	R\$ 9.143,90
Lanternas Táticas	172	R\$ 58.996,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 74.451,90</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 04/2009</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA:</b> Autopista Litoral Sul		
<b>INTERVENIENTE:</b> Agência Nacional de Transportes Terrestres		
<b>OBJETO:</b> Regular a utilização e operação dos recursos, em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII do Contrato de Concessão do Edital nº 003/2007, destinados ao aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização do tráfego na Rodovia BR 116/376/PR e BR101/SC – Trecho Curitiba/PR – Florianópolis/SC e seus acessos, por meio de aquisições de bens e contratações de serviços, promovidos pela Concessionária e disponibilizados ao DPRF.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>



<b>Nº DO CONVÊNIO: 04/2009</b>		
Botas Táticas	64	R\$ 18.880,00
Bobinas para EDA	700	R\$ 1.714,02
Manutenção de EDA	1	R\$ 2.787,00
Viaturas (Veículo + Caracterização)	2	R\$ 177.000,00
Radar (89,3% do valor, pago em 2012)	1	R\$ 84.830,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 285.211,02</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 06/2009</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA:</b> Autopista Regis Bittencourt		
<b>INTERVENIENTE:</b> Agência Nacional de Transportes Terrestres		
<b>OBJETO:</b> Regular a utilização e operação dos recursos, em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII do Contrato de Concessão do Edital nº 001/2007, destinados ao aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização do tráfego na Rodovia BR 116/PR/SP – Régis Bittencourt – Trecho Curitiba/PR – São Paulo/SP e seus acessos, por meio de aquisições de bens e contratações de serviços, promovidos pela Concessionária e disponibilizados ao DPRF.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Licenciamento / DPVAT / IPVA Viaturas	2	R\$ 5.683,08
Bobinas para EDA	350	R\$ 857,01
Manutenção de EDA	1	R\$ 2.746,00
Viaturas (Veículo + Caracterização)	2	R\$ 177.000,00
Locação de Impressora	1	R\$ 4.455,66
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 190.741,75</b>

<b>Nº DO CONVÊNIO: 09/2009</b>		
<b>CONCESSIONÁRIA:</b> Autopista Planalto Sul		
<b>INTERVENIENTE:</b> Agência Nacional de Transportes Terrestres		
<b>OBJETO:</b> Regular a utilização e operação dos recursos, em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII do Contrato de Concessão do Edital nº 006/2007, destinados ao aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização do tráfego na Rodovia BR 116/PR/SC – Trecho Curitiba/PR – Divisa SC/RS e seus acessos, por meio de aquisições de bens e contratações de serviços, promovidos pela Concessionária e disponibilizados ao DPRF.		
<b>RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2012</b>		
<b>Material de Consumo / Bem Durável / Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Botas Táticas	64	R\$ 18.880,00
Licenciamento / DPVAT / IPVA Viaturas	2	R\$ 267,66
Bobinas para EDA	350	R\$ 857,01
Manutenção de EDA	1	R\$ 2.859,90
Viatura (Veículo + Caracterização)	1	R\$ 88.500,00
<b>TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)</b>		<b>R\$ 111.364,57</b>

### 13.3 - COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Além dos convênios acima citados, a Unidade Jurisdicionada possui um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região o qual tem por objeto:

1. o apoio nas operações móveis promovidas pelo Ministério Público do Trabalho da 9ª Região visando o combate ao trabalho escravo;
2. o apoio da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal nas operações móveis promovidas pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná visando o combate ao trabalho escravo; b) o acompanhamento, pela 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, em ações conjuntas com Ministério Público do Trabalho para aferição de condições de trabalho no transporte rodoviário;
3. a possibilidade de reversão de bens ou valores, com origem nos termos de compromisso de ajustamento de conduta, acordos firmados e/ou decisões judiciais propostas pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná, à 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, para utilização no fomento e promoção de suas atividades.

As atividades conjuntas não ensejam ônus aos partícipes, não se consignando em dotação orçamentária, sendo que cada partícipe arcará com seus respectivos impactos financeiros e recursos humanos.

Os recursos revertidos à 7ª SRPRF/PR, são originados por meio de termos de compromisso de ajustamento de conduta, acordos firmados e/ou decisões judiciais propostas pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná sendo beneficiária esta UJ, que no exercício de 2012 somaram a quantia de R\$ 19.740,00, revertidos em serviços e aquisição de bens materiais.

## 14. RESULTADOS E CONCLUSÕES

### 14.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012

Encerrado o exercício 2012, a 7ª SRPRF/PR tem a oportunidade através do presente Relatório de Gestão de evidenciar perante não só aos órgãos de controle, mas também à sociedade em geral, as atividades realizadas e pretendidas por esta instituição de segurança pública.

Seguindo sua missão constitucional, o órgão buscou, durante o exercício em referência, superar as expectativas – e também as dificuldades – em relação a sua atuação no exercício. É destaque a superação das metas definidas pelo órgão central quanto a redução de vítimas fatais em acidente de trânsito nas rodovias federais, bem como redução da taxa de variação de acidentes. Foi com intenso trabalho, coordenado, planejado e dedicado que resultou na superação da meta de redução de mortes em mais de 10%.

Isso demonstra que a letalidade dos acidentes está sendo controlada com ações pontuais e inteligentes, principalmente através do foco no combate às causas mais comuns de acidentes graves e mortes: ultrapassagem em local proibido, excesso de velocidade, embriaguez ao volante, fiscalização intensa de motocicletas, gestões junto aos demais órgãos afetos ao trânsito para melhorias na via (instalações de passarelas, melhorias na sinalização, correção de engenharia de tráfego etc).

Ainda, importante observar que o efetivo combate das infrações de trânsito tidas como estratégicas, o monitoramento constante dos indicadores e dos locais com maior incidência de acidentes, foram fundamentais para se ultrapassar a meta em 3% de redução da taxa e variação de acidentes

Conforme demonstrado, a intensificação da fiscalização de trânsito resultou em um aumento considerável de infrações notificadas e no número de veículos recolhidos. Tal resultado decorreu principalmente da adoção de ações pontuais e programadas de fiscalização, com destaque especial para as operações temáticas.

Já em relação ao combate à criminalidade, em valores absolutos, foram obtidos resultados expressivos na apreensão de entorpecentes, em especial o de maconha. Contudo verifica-se que houve uma redução na apreensão de crack e cocaína. Tal fato deve-se a repressão intensa nos corredores de tráfico no Estado, com ações integradas com os outros órgãos de segurança pública, motivando uma mudança no *modus operandi* das quadrilhas.

Relativo a questão orçamentária, fato recorrente aos exercícios anteriores, o órgão mais uma vez sofreu com as restrições orçamentárias e financeiras, as quais já vem se constituindo em um quadro de estagnação, criando dificuldades, por exemplo, no gerenciamento de seus contratos em vigor. Mesmo com esse cenário, a Unidade Jurisdicionada não tem medido esforços para não prejudicar o bom serviço prestado à sociedade.

Por sua vez, os convênios de aparelhamento firmados com as concessionárias de rodovias e o Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho da 9ª Regional proporcionaram, de forma complementar aos recursos descentralizados pelo DPRF, a melhor adequação dos postos, delegacias e Sedes da 7ª SRPRF/PR através da aquisição de materiais de consumo e bens duráveis. As Unidades Operacionais não contempladas pelos referidos convênios também têm sido beneficiadas de forma indireta, tendo em vista que cria-se a possibilidade de remanejamento de bens adquiridos com recursos próprios do órgão.

Um dos dificultadores para melhor desempenho desta Unidade Jurisdicionada é o expressivo e constante crescimento da frota nacional de veículos frente a deficiência de efetivo operacional para realizar as atividades nas rodovias, bem como ausência de fortes investimentos na

área de tecnologia para controle e fiscalização do trânsito.

A defasagem de efetivo foi mitigada com o ingresso de novos policiais no decorrer do exercício de 2012, contudo, muito aquém da situação outrora vivenciada antes da assunção de mais 2.859 Km de rodovias federais e sem o acréscimo proporcional no quadro de pessoal. Em maio de 2009 havia uma proporção de 2,2 Km/policial, já em dezembro de 2011, esta proporção passou a ser de 5,3 Km/policial, apresentando um acréscimo de 150%; Com o ingresso de novos policiais em 2012, ao final do exercício, essa proporção chegou ao patamar de 4,87 Km/policial.

## 14.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

Em 2013 pretende-se prosseguir com a readequação da estrutura da PRF nesta Regional com a continuação e possível término da nova Sede que proporcionará novas e adequadas instalações para desenvolvimento dos trabalhos e principalmente, melhores estruturas para atendimento ao público.

Ainda teremos o início e possível término da obra de construção da Delegacia de Guaira que é um ponto estratégico em que a PRF precisa melhorar a Infraestrutura nesta região de fronteira.

Há estimativa da implantação de vídeo monitoramento das rodovias, em parceria com o governo estadual, também havendo nesse sentido um projeto do DPRF em andamento e que deverá ter suas primeiras ações nas Delegacias de Foz do Iguaçu e Guaira.

Quanto a estrutura tecnológica, teremos a instalação do Projeto Rádio Digital que vai melhorar a comunicação entre a Central de Operações, as Unidades Operacionais e viaturas, dificultando também, devido a tecnologia utilizada, o eventual monitoramento clandestino da atividade policial por parte da criminalidade.

Assim sendo, para o exercício de 2013, esta Unidade Jurisdicionada pretende continuar com as ações pontuais para atingir as metas dos indicadores institucionais estabelecidos para o período. No combate à criminalidade, principalmente devido à localização geográfica do Estado, o órgão dará sequência às atividades já desenvolvidas, intensificando a fiscalização minuciosa e constante em especial nas regiões de fronteira, esperando o aporte necessário de recursos para tal finalidade. Ainda, conta com a previsão de ampliar o uso da tecnologia para fiscalização eletrônica de velocidade, em especial nos perímetros urbanos das rodovias federais.

Todas as ações relativas a trânsito a serem realizadas nesta Regional continuarão a buscar a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Em que pese o aumento progressivo da frota dificultar sobremaneira a superação dos resultados, a regional vem conseguindo manter ou mesmo diminuir os números relativos a acidentes e mortos nas rodovias sob nossa circunscrição.

Para este ano devemos manter as ações de fiscalização, autuando os motoristas flagrados cometendo infrações, especialmente as consideradas estratégicas (direção alcoolizada, ultrapassagem indevida, excesso de velocidade e condução inadequada de motocicletas).

A utilização dos bancos de dados para análise acurada dos acidentes, locais e horários críticos, condições da rodovia e de fluxo, concentração de ocorrências, tudo isso deverá ser levado em conta para o desenvolvimento das ações policiais, concentrando os meios disponíveis nos locais de maior necessidade.

Por fim, considerando que estamos na Década de Redução de Mortes nos Acidentes e o contido no Plano Nacional de Redução de Acidentes, estabelecemos como meta, a redução em cinco por centos do número de vítimas fatais em acidentes nas rodovias sob nossa circunscrição.

## 15. ANEXOS

### ANEXO I - ESTRUTURA DAS DELEGACIAS NO ESTADO DO PARANÁ

DELEGACIAS	UNIDADE OPERACIONAL	TELEFONES
<b>DELEGACIA REGIONAL EM COLOMBO</b> <b>BR 116, Km 11,7 – Colombo/PR – CEP 83.412-000</b> <b>(41) 3675-7223 / (41) 3675-6088</b> <b>E-mail: del01.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Fari (Contorno Leste) – BR 116 – Km 95 – São José dos Pinhais	(41) 3535-2111
	UOP Bolinelli (Taquari) – BR116 – Km 56 – Campina Grande do Sul	(41) 3676-1602
	UOP Mandirituba – BR 116 – Km 137 – Mandirituba	(41) 3626-1515
	UOP São Luiz do Purunã – BR 277 – Km 140 – Balsa Nova	(41) 3637-1623
	UOP Araucária – BR 476 – Km 158 – Araucária	(41) 3643-8592
	UOP Wanser – BR 277 – Km 59 – São José dos Pinhais	(41) 3381-2800
	UOP Alexandra – BR 277 – Km 12 – Paranaguá	(41) 3468-1541
	UOP Contenda – BR 376 – Km 634 – São José dos Pinhais	(41) 3634-1491
UOP Alto da Serra – BR 376 – Km 666 – Guaratuba	(41) 3443-2029	
<b>DELEGACIA REGIONAL EM PATO BRANCO</b> <b>Rua Governador Jorge Lacerda, 72 – Centro – Pato Branco/PR</b> <b>(46) 3223-4478 / (46) 3225-7766</b> <b>E-mail: del02.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Pato Branco – BR 158 – Km 520 – Pato Branco	(46) 3224-7381
	UOP União da Vitória – BR 153 – Km 462 – Porto Vitória	(42) 3523-3683
	UOP São Mateus do Sul – BR 476 – Km 273 – São Mateus do Sul	(42) 3532-6498
	UOP Planalto – BR 163 – Km 83 – Planalto	(46) 3555-1433
<b>DELEGACIA REGIONAL EM PONTA GROSSA</b> <b>Rua Dr. Penteadó de Almeida, 780</b> <b>Ponta Grossa/PR – CEP 84.010-240</b> <b>(42) 3225-2316 / (42) 3225-1834</b> <b>E-mail: del03.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Caetano - BR-373, Km 184,1 - Ponta Grossa	(42) 3239-7662
	UOP Guará - BR-277, Km 318,9 - Guarapuava	(42) 3649-1273
	UOP Furnas - BR-376, Km 509 - Ponta Grossa	(42) 3223-2816
	UOP Irati - BR-277, Km 245 - Irati	Sem telefone fixo
	UOP Imbaú - BR-376, Km 412 - Imbaú	(42) 3246-1130
	DEL.03/PST. - Avançado Guarapuava	(42) 3624-2057
<b>DELEGACIA REGIONAL EM CASCAVEL</b> <b>Rua Everaldo Loures Xavier, 127, Cascavel/PR – CEP 85819-790</b> <b>(45) 3324-7094 / (45) 3324-9820</b> <b>E-mail: del04.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Cascavel - BR-277, Km 580 - Cascavel	(45) 3328-0118
	UOP Catanduvas - BR-277, Km 549 - Catanduvas	Sem telefone fixo
	UOP Laranjeiras do Sul - BR-277, Km 451 - Laranjeiras do Sul	(42) 3635-3831
	UOP Ubiratã - BR-369, Km 446 - Ubiratã	(44) 3543-4510
	UOP Campo Mourão - BR-369, Km 365 - Campo Mourão	(44) 3523-0819
UOP Lindoeste - BR-163, Km 172,5 - Lindoeste	(45) 3237-1135	
<b>DELEGACIA REGIONAL EM FOZ DO IGUAÇU</b> <b>Rua da República, 98, Foz do Iguaçu/PR – CEP 85.863-400</b> <b>(45) 3522-1328 / (45) 3522-3387</b> <b>E-mail: del05.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Santa Ierezinha do Itaipu - BR-277, Km 714 - Sta Ierezinha do Itaipu	(45) 3541-2393
	UOP Ponte Tancredo Neves - BR-469, Km 12,7 - Foz do Iguaçu (Aduana da Receita Federal do Brasil)	(45) 3529-7642
	UOP Ponte Internacional da Amizade - BR-277, Km 730 - Foz do Iguaçu	(45) 3528-6090
	UOP Céu Azul - BR-277, Km 644 - Céu Azul	(45) 3266-1402
<b>DELEGACIA REGIONAL EM GUAÍRA</b> <b>BR 163, Km 350, Guaíra – CEP 85980-000</b> <b>(44) 3642-5554</b> <b>E-mail: del06.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Ponte Airton Senna – BR 163, Km 350 - Guaíra	(44) 3642-5554
	UOP Guaíra – BR 272, Km 561,8 - Guaíra	(44) 3642-7950
	UOP Porto Camargo – BR 487, Km 3 – Alto Paraíso	(44) 3665-1058
	UOP Quatro Pontes – BR 163, Km 278 – Quatro Pontes	(45) 3279-1119
<b>DELEGACIA REGIONAL EM LONDRINA</b> <b>Rua Fernando Cerqueira César Coimbra, 830,</b> <b>Parque Industrial Cacique – IBC3, Londrina/PR – CEP 86.030-150</b> <b>(43) 3323-0777 / (43) 3347-4470</b> <b>E-mail: del07.pr@dprf.gov.br</b>	UOP Apucarana - BR-376, Km 247 - Apucarana	(43) 3423-9196
	UOP Cornélio Procópio - BR-369, Km 83 - Cornélio Procópio	(43) 3524-6492
	UOP Ibaiti - BR-153, Km 105 - Ibaiti	(43) 3546-2757
	UOP Ibiporã - BR-369, Km 131 - Ibiporã	(43) 3268-2850
	UOP Marialva - BR-376, Km 190 - Marialva	(44) 3232-6058
	UOP Paranavá - BR-376, Km 108 - Paranavá	(44) 3446-6142
	UOP Santo Antônio da Platina - BR-153, Km 39 - Santo Antônio da Platina	(43) 3534-0691
	UOP Cambará - BR-369, Km32,2 - Cambará	Sem telefone fixo
UOP Mauá da Serra - BR-376, Km 297 - Mauá da Serra	Sem telefone fixo	

## ANEXO II – RELATÓRIO CGU-PAD

**CGU-PAD**

Controladoria-Geral  
da União

### RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Consolidado Global	Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 1	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	21
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	21

Sétima Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	21
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	21

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
08652006003201074	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659000320201289	05/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659000329201290	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659002025201267	06/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659002536201289	04/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659002718201250	18/05/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659002864201285	14/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659004819201265	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659005933201211	14/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659005934201257	14/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659007923201210	14/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659010918201286	14/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659021389200517	03/10/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659021686201119	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659021910201164	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659026114201118	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659027511201115	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659028744201127	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659033729201109	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659033730201125	14/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08672001227201132	03/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 4  
Data de emissão do relatório: 08/02/2013  
Elaborado por: Jader Augusto Roventi Bezerra

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		17
Total de Sindicâncias		0
Total de Procedimentos		17

Sétima Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	17
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	17

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
00190011912201188	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190011913201122	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190011914201177	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190011915201111	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190012615200773	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190020373200872	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190020374200817	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
00190020375200861	23/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659002864201285	26/12/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659007923201210	09/11/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659010918201286	08/11/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659013634201161	06/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659014176201004	19/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659021910201164	20/09/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659024338201195	03/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659026115201162	28/11/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659027511201115	26/06/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)



## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		10
Total de Sindicâncias		1
Total de Procedimentos		11

Sétima Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	10
Total de Sindicâncias	1
Total de Procedimentos	11

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
08659010918201286	21/11/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659011794201175	08/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659013634201161	24/07/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659018110200861	15/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659022920201117	18/04/2012	Sindicância
08659023743201196	08/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659023805201089	08/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659024338201195	18/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659024571201178	13/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659025900201017	16/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659027511201115	25/07/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		10
Total de Sindicâncias		1
Total de Procedimentos		11

Sétima Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	10
Total de Sindicâncias	1
Total de Procedimentos	11

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
08659010918201286	22/11/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659011794201175	13/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659013634201161	22/10/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659018110200861	27/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659022920201117	23/04/2012	Sindicância
08659023743201196	13/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659023805201089	13/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659024338201195	24/04/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659024571201178	13/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659025900201017	27/02/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08659027511201115	27/07/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)